

cadernos

IHU

ano 8  
nº 32  
2010

# Trabalho e subjetividade:

da sociedade industrial à sociedade pós-industrial

Cesar Sanson

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas, produzidas por professores/pesquisadores e por alunos de pós-graduação, e trabalhos de conclusão de alunos de graduação, nas áreas de concentração ética, trabalho e teologia pública. A periodicidade é bimensal.

**Trabalho e subjetividade:**  
da sociedade industrial à sociedade pós-industrial

**Cesar Sanson**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

**Cadernos IHU**

Ano 8 - Nº 32 - 2010

ISSN: 1806-003X

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington - Fundação Oswaldo Cruz - Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

*Responsável técnico*

Antonio Cesar Machado da Silva

*Revisão*

Vanessa Alves

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Sumário

<i>Resumo</i> .....	4
<i>Introdução</i> .....	5
<i>1. Trabalho e subjetividade na sociedade industrial</i> .....	7
1.1 O trabalho em metamorfose: do medievo à sociedade industrial.....	7
1.2 A introdução da maquinaria e o seu efeito na subjetividade operária.....	15
1.3 O sujeito do trabalho no modelo fordista: Aspectos da subjetividade.....	23
1.4 A subjetividade que se faz classe.....	25
<i>2. Trabalho e subjetividade na sociedade pós-industrial</i> .....	28
2.1 A economia do imaterial.....	28
2.2 O caráter transformador da Revolução Informacional.....	30
2.3 Trabalho imaterial.....	33
2.4 Subjetividade, trabalho e a produção do comum.....	38
2.5 Sujeito do trabalho e subjetividade. A contribuição foucaultiana.....	41
<i>3. Produção biopolítica</i> .....	46
3.1 Trabalhadores híbridos.....	46
3.2 A subjetividade pós-fordista: a comunicação, o conhecimento e a cooperação.....	46
3.3 A comunicação: a fábrica fala.....	48
3.4 O conhecimento: 'roubado' pelo capital, mas não controlado.....	50
3.5 A cooperação: a subjetividade como força produtiva e biopolítica.....	52
3.6 A subjetividade que se faz multidão.....	54
<i>Conclusão</i> .....	58
<i>Referências bibliográficas</i> .....	61

## Resumo

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho. Estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, da sociedade do trabalho da reprodução à sociedade do trabalho da bioprodução. Uma passagem da reprodução da vida à produção da vida. Da sociedade do biopoder à biopolítica. Uma transição que envolve uma resignificação do conceito força de trabalho. A sociedade indus-

trial, taylorista/fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. A sociedade industrial cindiu o operário e reduziu-o a uma máquina produtiva. Assiste-se, agora, a uma transformação significativa do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. A sociedade pós-industrial, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, faz emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e é portadora de emancipação.

**Palavras-chave:** Trabalho. Sujeito do trabalho. Subjetividade no trabalho. Trabalho imaterial. Sociedade pós-industrial.

# Introdução

*Nomear hoje o pós-fordismo como possibilidade realística, mesmo que ainda não real, de evolução do capitalismo industrial, significa mudar o significado dos problemas com os quais nos defrontamos até hoje e nos permite não nos limitarmos às dificuldades do presente, mas olhar com resolução o diferente que se aproxima, rico de incógnitas é verdade, mas também de futuro – Rullani.*

Trabalho, sujeito e subjetividade são as categorias orientadoras desse texto<sup>1</sup>. Por detrás de todo trabalho, existe um sujeito portador de uma subjetividade. Essa tríade se retroalimenta. O sujeito transforma o trabalho e, por ele, é transformado. Essa permanente simbiose recursiva produz subjetividade que, por sua vez, incide na constituição do sujeito e no trabalho que ele realiza. Pretende-se demonstrar como essas categorias interagem em diferentes momentos históricos – na sociedade industrial e pós-industrial.

O texto orienta-se pelas seguintes hipóteses: 1º – Está-se transitando da sociedade industrial, fordista, para a sociedade pós-industrial, pós-fordista, e o trabalho, o sujeito do trabalho e a subjetividade manifesta no trabalho passam por mutações significativas; 2º – O sentido do trabalho – como ele é concebido, experimentado, interpretado, valorado e vivido –, qualidades associadas à subjetividade, assume características distintas nos diferentes períodos históricos; 3º – O trabalho na sociedade industrial, fordista, conformou um sujeito no trabalho, que produziu uma subjetividade específica que se caracteriza, por um lado, como subjetividade assujeitada, reprodutora da lógica do capital e, por outro, como resistência, na medida em que ações coletivas contrapõem-se à exploração do capital; 4º – Uma das características centrais da sociedade pós-industrial é a crescente hegemonia qualitativa, não quantitativa, do trabalho imaterial e, nessa perspectiva, a concep-

ção clássica da categoria trabalho da sociedade industrial e do sujeito imbricado a ela, demonstra-se insuficiente para dar conta das mudanças em curso; 5º – Na sociedade pós-industrial, a nova forma de organizar o trabalho requer, do sujeito do trabalho, a utilização de recursos imateriais: o conhecimento, a comunicação e a cooperação. O capital, ao requerer essa força de trabalho imaterial como forma e mecanismo central no processo produtivo, permite a conformação de uma subjetividade que se manifesta como biopolítica e potencializa a ruptura com o capital, ao menos como possibilidade; 6º – Sob a perspectiva da ação coletiva e da luta social, a metamorfose em curso, do trabalho, do sujeito do trabalho e da subjetividade manifesta na sociedade pós-industrial, coloca em cena a *multidão* no lugar da classe.

Três capítulos integram o texto. No primeiro, *Trabalho e subjetividade na sociedade industrial* analisa-se: a) a transitoriedade do sujeito e do sentido do trabalho da sociedade do medievo à sociedade industrial; b) a conformação que o trabalho assume nos primórdios da Revolução Industrial relacionado ao tema da subjetividade; c) a subjetividade como classe.

No segundo capítulo, *Trabalho e subjetividade na sociedade pós-industrial*, o esforço consiste em interpretar a radical mudança que se processa no mundo do trabalho, na transição da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Aborda-se: a) a emergência da economia do imaterial; b) a mu-

<sup>1</sup> Síntese da tese de Doutorado do próprio autor defendida em abril de 2009 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

tação das forças produtivas a partir da introdução das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), tendo em sua base o conhecimento como o principal recurso produtivo; c) a caracterização, fundamentação e definição do conceito de trabalho imaterial; d) a descrição do chão de fábrica pós-fordista; e) a partir dos elementos anteriores, procura-se pôr em evidência a subjetividade no trabalho que emerge, ainda embrionária, nessa nova forma de organizar o trabalho; f) a contribuição de Foucault ao tema da subjetividade.

Identificar os principais aspectos da subjetividade, que se produz a partir do sujeito do trabalho na sociedade pós-industrial, é o objetivo do capítulo III – *Produção biopolítica*. Em análise: a) as características da subjetividade requeridas pela nova organização do trabalho; b) o perfil do trabalhador do chão de fábrica da sociedade pós-industrial; c) a comunicação, o conhecimento e a cooperação como elementos centrais do novo paradigma produtivo; d) a subjetividade como biopolítica; e) a subjetividade que se faz multidão.

O texto sustenta que, se por um lado, a nova realidade do trabalho, sob a perspectiva da subjetividade, permite a interpretação de que estamos diante de uma nova forma de exploração, por outro, pode ser interpretada como possibilidade – no sentido de potencialidade – de emancipação, uma vez que a nova forma de organizar o trabalho, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base a comunicação, o conhecimento e a cooperação, faz emergir uma outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e apresenta características emancipatórias – vale o registro de que, em todo momento, alerta-se para o fato de que essa sociedade do trabalho não é

hegemônica. Defende-se a ideia de que o sujeito do trabalho na sociedade industrial e a subjetividade produzida nesse período permitiram o surgimento da classe como a protagonista da resistência à exploração do capital. No novo momento histórico – da sociedade pós-industrial – o protagonismo tende a ser exercido pela *multidão*, resultante de uma outra subjetividade que se alimenta de um novo sujeito do trabalho – biopolítica.

O texto parte do princípio de que há coisas novas no mundo do trabalho<sup>2</sup>. Está-se diante de um momento semelhante àquele que emergiu em meados do século XVIII, quando a sociedade foi sacudida por transformações significativas. Na oportunidade, o mundo do medievo e o seu enquadramento sociopolítico, definido a partir daquilo que se denominou de feudalismo ou sistema feudal, foi deixado para trás, e uma outra sociedade surgiu sob os seus escombros. A realidade do trabalho alterou-se profundamente. Com o surgimento da Revolução Industrial, o trabalho de desprezível passa a virtude, considerado de maneira ambivalente: indispensável, mas indesejável; passa a ser valorizado e, mais do que isso, torna-se fator decisivo e explicativo da nova ordem econômica, política e social. O sujeito do trabalho da sociedade industrial configura características específicas que produzem uma determinada subjetividade, que conformou o que se denominou de classe operária.

Está-se frente a um momento histórico semelhante à transição da sociedade feudal à industrial. Assiste-se à passagem da sociedade industrial à pós-industrial. Nessa transição, já é possível identificar um sujeito do trabalho distinto do período anterior, como também distinta é a subjetividade que se produz – a classe operária assume outro contorno.

---

<sup>2</sup> A afirmação é recolhida da expressão latina *Rerum Novarum* (Das coisas novas) que nomeou a encíclica do Papa Leão XIII de 1891, e versava sobre as condições das classes trabalhadoras. Na encíclica, a Igreja pronuncia-se sobre as consequências da Revolução Industrial na vida dos operários e da sociedade. Com certo sobressalto anuncia que “coisas novas” estão acontecendo e procura desvendá-las.



# 1 Trabalho e subjetividade na sociedade industrial

## 1.1 O trabalho em metamorfose: do medievo à sociedade industrial

*A era moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária – Hannah Arendt.*

Ao longo da história da humanidade, alguns acontecimentos provocaram mudanças abruptas na sociedade. São acontecimentos definidos como paradigmáticos, pois deixam para trás uma realidade que não retornará mais ou manifestar-se-á apenas através de vestígios do que outrora foi hegemônico. Um desses acontecimentos foi a Revolução Industrial [XVIII]. Até aquele momento, o mundo era essencialmente rural, organizado em torno de aldeias, castelos e poucas cidades. Um mundo povoado por camponeses, artesãos, monges, guerreiros, andarilhos, mendicantes e mercadores. O enquadramento sóciopolítico desse período histórico define-se a partir daquilo que se denominou de feudalismo ou sistema feudal. Uma economia agrária, assentada sobre o regime da propriedade privada da terra, oferece uma estrutura social reconhecida pela divisão estamental entre o senhor e o servo. O senhor possuía a terra e o servo. Ao senhor cabia o sistema de proteção e administração da unidade de produção – o feudo. O servo devia obrigações ao senhor na exploração da terra. Trata-se de uma sociedade tripartite: os que oravam, os que combatiam e os que trabalhavam. Esse mundo foi sacudido pelo acontecimento da Revolução Industrial. As altas chaminés e seu chamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e a agitação das multidões operárias vergaram o feudalismo. Com o surgimento da Revolução Industrial, o tecido social do feudalismo passou a ser destruído:

Aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da Revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando a sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isso ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme (POLANYI, 2000: 53).

A descrição de Polanyi manifesta a radicalidade desse acontecimento histórico, considerado o ponto de partida de uma profunda metamorfose socioeconômica, política e cultural. A Revolução Industrial altera substancialmente o conteúdo e a forma de organização do trabalho humano e anuncia uma nova realidade: a sociedade industrial. A sociedade industrial instaura uma nova forma de produzir, opondo os proprietários dos meios de produção – fábricas, máquinas e matéria-prima – aos trabalhadores, aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho. A relação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho institui o assalariamento, base do modo de produção capitalista, descrito por Marx:

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (...) O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital; por outro, os trabalhadores diretos em assalariados (MARX, 1985 – vol. II: – 262).

Na constituição da sociedade industrial, está ainda a introdução de novas tecnologias responsáveis pela redivisão social e técnica do trabalho. Uma das consequências mais evidentes da sociedade industrial é o estabelecimento de relações sociais de forte vínculo entre os trabalhadores, que se expressam nas lutas operárias e na criação de sindicatos. Os trabalhadores adquirem consciência histórica de sua condição assalariada e organizam-se como classe social, que entra em conflito com os interesses do capital.

A sociedade industrial – compreendida como o período que vai do final do século XVIII, com o surgimento da Revolução Industrial, até o último quarto do século XX, com a crise do fordismo – empurrou todos, homens, mulheres, jovens e crianças ao trabalho sem tréguas e se transformou em uma sociedade do trabalho. Doravante, o sentido da vida apenas é possível dentro da sociedade do trabalho. Não existe mais exterioridade, tudo concerne e converge ao trabalho. As relações sociais que se constroem, as frustrações que se adquirem, a emancipação que se busca, o olhar de mundo que se tem, fazem-se no e a partir do trabalho. O trabalho passa a ocupar um lugar central na vida das pessoas e é o trabalho assalariado que identifica, determina, distingue, classifica e marca decisivamente as relações sociais. É através do trabalho que cada um tem a obrigação de dar um sentido à sua vida e à própria humanidade, como observa Saint-Simon, que viveu o alvorecer da Revolução Industrial:

O homem deve trabalhar. O mais feliz dos homens é aquele que trabalha. A família mais feliz é aquela na qual todos os seus membros empregam utilmente o seu tempo. A nação mais feliz é aquela na qual há menos desocupados. A humanidade gozaria toda a felicidade a que pode pretender se não houvesse ociosos (SAINT-SIMON *apud* GUYADER, 2005: 150).

O trabalho na sociedade industrial foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva: “Ele estrutura não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. Ele é a relação social fundamen-

tal” (MEDA, 1995: 26). Essa foi a grande transformação<sup>3</sup> que se processa no final do século XVII e intensifica-se a partir de meados do século XVIII com a Revolução Industrial. A sociedade sucumbiu ao trabalho. Ainda mais, o trabalho foi promovido como o próprio tema da modernidade, como seu fundamento antropológico e sua atividade explicativa, dando corpo à racionalidade como traço distintivo da era moderna: “A essência do homem é o trabalho. O homem só pode existir trabalhando [...] o homem não é plenamente homem, segundo Marx, se não imprimir em todas as coisas a marca de sua humanidade” (MÉDA, 1995: 103). O trabalho, como questão ontológica, marca a modernidade que trouxe consigo “a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária” (ARENDDT, 2002: 12). Essa ascensão repentina e espetacular do trabalho, passando do último lugar, da situação mais desprezada, ao lugar de honra e se tornando a mais considerada das atividades humanas

começou quando Locke descobriu que o *labour* é a fonte de toda propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo *labour* era a fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no *system of labour* de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de toda produtividade e a expressão da própria humanidade e do homem (ARENDDT, 2002: 113).

O sentido do trabalho, para as pessoas e para o conjunto da sociedade, muda substancialmente com o advento da Revolução Industrial, pois, na Idade Média, o trabalho é pouco valorizado, não está no centro das relações sociais, não é reconhecido socialmente e é visto com menosprezo. Até então prevalece o paradigma grego do lugar social do trabalho. O trabalho, na sociedade grega, não é portador de um sentido para a vida porque não é eixo condutor da práxis da transformação social. Essa, entre os gregos, reside na ação política-discursiva. O trabalho ocupa o último lugar, o lugar do não reconhecimento, da não identidade porque, na sociedade antiga, o trabalho

<sup>3</sup> A expressão é de Karl Polanyi (2000) e o seu significado será retomado mais à frente.

não mediatiza as relações sociais. É nulo, não altera a condição de vida e social.

A desqualificação da condição de quem trabalha, no período medievo, encontra parte de sua explicação fundante na cosmovisão de determinada interpretação religiosa da narrativa de criação do mundo – a Cristandade, uma exegese que vê no trabalho a punição pelo pecado original. Nessa interpretação, que se vale da leitura do Gênesis<sup>4</sup>, o homem a quem foi incumbido o zelo pelo jardim do Éden arrostou a pretensão de ser como Deus e por isso foi punido. Expulso do paraíso foi submetido ao fardo do trabalho. De jardineiro e guardião da Criação de Deus, onde tudo era gratuito, foi transformado em trabalhador braçal que agora precisa, através do seu esforço, buscar a sobrevivência. O trabalho como danação, maldição e expiação – “Comerás o pão com o suor do teu rosto” (Gn 3, 19) – é a sentença definitiva. No Novo Testamento, Paulo reafirma, “quem não trabalha, não come” (2Ts 3, 10) e durante muito tempo assim será visto o trabalho. Sobre ele recai a maldição do castigo.

A partir do século XVI, ocorre um lento mas vigoroso processo de mudança do sentido do trabalho. A valorização do lugar que o trabalho passará a ocupar na sociedade é resultado de três processos: a) uma releitura teológica do papel que o trabalho desempenha na Criação de Deus; b) o prenúncio de um determinado tipo de modernidade que deseja desacorrentar o homem de Deus; c) pela tese do liberalismo que emerge com força no século XVIII. Esses processos confundem-se e operam uma radical mudança que confere ao trabalho um novo sentido.

A releitura teológica, do sentido do trabalho para as pessoas, começa com Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Santo Agostinho será um dos primeiros que relativizará a miséria do gênero humano, advinda do trabalho, ao propor uma releitura do Gênesis como

a ideia de uma agricultura praticada no paraíso por Adão antes do pecado original: uma atividade isenta do

peso do esforço, correspondendo à ‘vontade racional’ – *rationalis voluntas* – e oferecendo ao espírito ‘o deleite dos pensamentos superiores’ – *supernarum cogitationum delectatio* (SALAMITO, 2005: 42).

Agostinho não apresenta o trabalho como o resultado de uma maldição divina consecutiva ao pecado original, mas como o livre exercício de sua razão e oportunidade para louvar a Deus. Ideia que será vivamente retomada mais tarde por Tomás de Aquino. Santo Agostinho atenua, implicitamente, as oposições – antigas e, posteriormente, depois dele, medievais – entre as atividades braçais e as atividades intelectuais, entre a ação e a contemplação, recusando a antítese entre as atividades que implicam um esforço e aquelas, como o comércio, que parecem dele desprovidas. Faz ainda uma peroração sobre a responsabilidade individual no trabalho, que o mesmo pode ser expressão do bem ou do mal, recusando a ideia do pecado original. A sua tese é de que o homem pode melhorar com o trabalho que realiza porque, no conceito de trabalho agostiniano, há um sujeito.

São Tomás de Aquino, por sua vez, contribuirá para a valorização do trabalho na medida em que proclama uma teologia que afirma a pessoa humana como expressão do Deus Criador e reconhece, nas suas ações, inclusive no trabalho humano, uma forma de manifestação da vontade do Criador. Em Tomás de Aquino, a pessoa humana é espiritual e material ao mesmo tempo. A sua tese se opõe a um cristianismo por demais espiritualista, que exagerava no papel de Deus e aniquilava a criatura. Na sua cosmovisão teológica do mundo, o trabalho não precisa ser necessariamente expiação, mas pode assumir um caráter de contemplação e até mesmo de reconhecimento ao Criador. Tomás de Aquino pode ser considerado o criador de um antropocentrismo cristão, onde toda a ação humana se faz em parceria com Deus, inclusive no trabalho.

Observando a hermenêutica teológica que fazem Santo Agostinho e Tomás de Aquino, temos

<sup>4</sup> O Gênesis é o primeiro livro da Bíblia e faz parte do Pentatêuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é atribuída à tradição judaico-cristã.

uma subjetividade no trabalho que se metamorfoseia lentamente e que difere da subjetividade do paradigma grego do trabalho. As bases dessa mudança encontram-se no fato de que o cristianismo apresenta duas novidades incompreensíveis para os gregos. A primeira é a emergência, ainda que embrionária, da ideia de indivíduo, pois o cristianismo supõe, num certo nível, uma relação individual com Deus; e a segunda, a mais importante, o postulado da igualdade entre os homens: “Já não há judeu nem grego, nem escravo, nem livre, nem homem, nem mulher, pois todos vós sois um Cristo Jesus”, afirma o apóstolo Paulo em sua carta aos Gálatas 3, 28. O cristianismo anuncia que todos são iguais e isso impele a uma superação lenta do sistema de servidão. Ora, na medida em que o trabalho não é mais apenas coisa de escravos, é preciso que cada um trabalhe para garantir a sua vida, a sua sobrevivência.

Se, no início da Idade Média, o trabalho é ainda visto como consequência do pecado original e o ato de trabalhar significa expiação, num segundo momento, ele passará a ser compreendido como possibilidade de engrandecimento da Obra de Deus e de ganha-pão digno. Registre-se ainda que esta concepção de trabalho está intimamente ligada ao transcendental. O trabalho está circunscrito à Salvação, à contemplação da Obra criadora de Deus como manifesta Tomás de Aquino. O trabalho não é ainda fonte de acumulação de bens e riquezas, mas um gesto aprazível aos olhos de Deus. Observa-se que, particularmente nesse período, proliferam as Ordens Mendicantes que pregam um modo de vida frugal. Qualquer iniciativa de acumulação, de amealhar bens, é condenável. Ilustrativo nesta perspectiva é a condenação à riqueza ganha através da usura. A condenação deve-se ao fato de que, por detrás dessa prática, não há trabalho. A usura alimenta a ociosidade, a ambição e o desrespeito àqueles que trabalham. O usurário

age contra o plano do Criador. Os homens da Idade Média viram antes de tudo no trabalho o castigo do pecado original, uma penitência. Depois, sem negar essa perspectiva penitencial, valorizaram cada vez mais o trabalho, instrumento de resgate, de dignidade, de sal-

vação; colaboração à obra do Criador, que, depois de ter trabalhado repousou no sétimo dia. Trabalho, querida preocupação, que é preciso separar da alienação, para dele fazer, individual ou coletivamente, o difícil caminho da libertação (GOFF, 1989: 43).

Fato novo é o trabalho começar a ser reconhecido e, mais do que isso, ser portador de um sentido, de uma dignidade para a vida. O trabalho, de desprezível passa a virtude, mas com uma característica importante que o difere do paradigma grego: ele não é mais necessariamente compulsório – “trabalho porque sou escravo”; agora, “trabalho porque sou livre”, e também porque ele dignifica a presença no mundo e é um gesto de reconhecimento junto ao Criador.

Será através da Reforma protestante, entretanto, que o trabalho assumirá verdadeiramente um status de importância e contribuirá decisivamente para uma outra subjetividade manifesta no trabalho. A Reforma muda radicalmente a visão sobre o trabalho conduzindo-o a um pleno reconhecimento. Quem melhor traduziu o impacto das reformas protestantes, na valorização religiosa do trabalho, foi Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* [1905]. A ascensão espetacular do trabalho como um valor, sem precedente na história da humanidade, é explicada pelo sociólogo a partir da Reforma, apesar do tema do trabalho não ser central em sua obra. A questão central é a origem do racionalismo ocidental manifesta no capitalismo, porém, a concepção de trabalho através da religião, oferece para Weber (1967) a chave da compreensão do surgimento do racionalismo ocidental.

Weber procura demonstrar que, desde o início da Reforma assiste-se ao nascimento de uma concepção espiritual do trabalho, bem como ao aparecimento de uma ética profissional, as quais constituíram um aspecto central do espírito do capitalismo, que favoreceu seu desenvolvimento no Ocidente (MÜLLER, 2005: 241).

Até então, em toda a sua história, o trabalho era considerado de maneira ambivalente. O trabalho era indispensável para a reprodução biológica e social da humanidade, mas era indesejável. Sobre ele pesava uma condição de castigo e anulação da individualidade das pessoas. Essa visão

ambivalente do trabalho é encontrada na cultura judaico-cristã que, apesar de estar na origem de mudanças profundas no sentido do trabalho, ainda não o sublinha como possibilidade de manifestação de um lugar social, uma vez que valoriza o trabalho manual

na medida que serve a Deus (...) visto que todos devem trabalhar em nome e para a glória de Deus, eles são iguais enquanto cristãos e pessoas religiosas. (...) o trabalho se opõe ao ócio, ao repouso, ao descanso, ao sabbat (com Tomas de Aquino – o ficar sem fazer nada será apreciado, como tempo para vida contemplativa) (MÜLLER, 2005: 242).

Apenas em Lutero, a fórmula *ora et labora* sublinhará a possibilidade de superação da ambivalência do trabalho no mundo religioso. Na teologia de Lutero, a igualdade entre os dois modos de vida não é antagônica. Lutero teve uma influência decisiva na concepção do significado do trabalho, “quando traduziu para o alemão o Novo Testamento (1522), empregando a palavra *beruf* para trabalho, em lugar de *arbeit*. *Beruf*, acentua mais o aspecto da vocação do que o do trabalho propriamente dito” (COSTA, 1990), ou seja, descharacterizando a concepção pejorativa do trabalho como expiação. Porém, será em Calvino que o trabalho assumirá um caráter ainda mais radical de valorização, passando mesmo a se tornar um dever. Para Calvino, “o trabalho profissional deveria formar uma muralha contra a preguiça, todos devem trabalhar – quem não trabalha não deve comer e o trabalho é um dever” (MÜLLER, 2005: 243-244).

A descoberta de Weber, da importância de Calvino, fez-se a partir da observação de que, na Alemanha, no começo do século XX, os capitalistas protestantes tinham sido melhor sucedidos em termos econômicos do que os seus correligionários católicos. Weber revela que Calvino demonstra um interesse maior do que Lutero pela vida econômica e social. Na concepção calvinista, “não somente a religião concernia a toda a vida – econômica, profissional, familiar –, mas tudo devia concorrer para a glória de Deus (...) e Calvino afirmará que ‘dentre todas as coisas deste mundo, o trabalhador é o mais semelhante a Deus’”

(WILLAIME, 2005: 70). Na visão de Calvino, o trabalho é um sinal de graça. Ele abandona a ideia do trabalho como fonte de pecado original e mesmo como contemplação. Pelo contrário, o trabalho pode libertar o homem do sofrimento e se tornar agradável a Deus, na medida em que

o homem deve, para estar seguro de seu estado de graça, ‘trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado. Não é, pois, o ócio e o prazer, mas apenas a atividade que serve para aumentar a glória de Deus (...) É condenável a contemplação passiva, quando resultar em prejuízo para o trabalho cotidiano, pois ela é menos agradável a Deus do que a materialização de Sua vontade de trabalho (WEBER, 1967: 112).

Não trabalhar significa não prestar homenagem a Deus. Somente razões imperativas como a doença podem impedir alguém de trabalhar, mas optar por não trabalhar ou não fazer de tudo para encontrar um trabalho é moralmente condenável. O ócio, assim como a preguiça, não são desejados por Deus e “o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida” (WEBER, 1967: 113). Calvino considera ainda que o mal não está no dinheiro em si, mas no uso que se faz dele. Nessa ótica, o rico tem uma missão econômica providencial. Ele é “o ministro dos pobres”, os quais lhe dão a possibilidade de se liberar da servidão do dinheiro, testando sua fé e sua caridade.

Segundo Weber, a doutrina do Calvinismo contribui para o desenvolvimento do capitalismo e para a importância do trabalho na medida em que, na sua teologia – a doutrina da predestinação –, Deus decidiu desde o princípio quem, entre os crentes, compartilharia a salvação e quem seria condenado e não restaria alternativa a não ser travar uma luta diária para fazer jus à possível escolha de ser um dos eleitos de Deus. Essa luta diária faz-se através de um enorme ativismo, alimentado por recomendações pastorais, afirmava Weber. De um lado, por manter-se como dever

de cada um considerar-se escolhido (...) A exortação é aqui interpretada como um dever de obter certeza da própria dedicação e justificação na luta diária pela vida (...). Por outro lado, a fim de alcançar aquela autoconfiança, uma intensa atividade profissional era recomendada como o meio mais adequado (WEBER, 1967: 77).

A incerteza da salvação pessoal deve ter gerado uma enorme angústia nos fiéis. Não se podia esperar ajuda alguma, nem de Deus, nem da Igreja, nem da comunidade religiosa, pois cada um encontrava-se na mesma situação e, além disso, os membros da comunidade eram concorrentes aos raros lugares salvadores no céu. Esse sistema fatalista, de individualização e incertezas, desencadeou “o trabalho encarniçado e o domínio do mundo” (MÜLLER, 2005: 246). A ideia subjacente é de que o trabalho é um meio de adquirir a independência e a confiança, e de fazer parte de ser um dos eleitos de Deus. O sucesso na vida terrestre, adquirido através do trabalho, não é certamente uma garantia de salvação, mas um sinal promissor. Esse modo de vida levou a uma conduta ética racional, uma espécie de ascetismo secular. Essa ideia puritana do trabalho profissional teve efeitos sobre a vida econômica em geral e sobre o modo de vida capitalista em particular. O puritanismo considera, ao contrário da leitura teológica anterior, a riqueza como desejável e apreciável. Então, o rico é abençoado e está no caminho da salvação; ao contrário, o pobre não tem reconhecimento social, despojado de prestígio em sua vida ociosa. A intuição de Weber é de que a ética protestante deu conteúdo a um espírito do capitalismo, tendo no trabalho um dos principais elementos:

a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional [trabalho profissional], como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação de redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como espírito do capitalismo (WEBER, 1967: 123).

A visão protestante, para além de uma valorização religiosa do trabalho, contribuiu para criar um “espírito” motivacional para o empreendedorismo. A contribuição de Weber é mostrar que o capitalismo ensejado pela Revolução Industrial tinha, em sua base, uma concepção de trabalho vinculada ao ascetismo secular do protestantismo. Foi essa concepção de trabalho, que liberou moral e eticamente os homens – os capitalistas –

à aquisição de bens, à obtenção do lucro, à cobrança de juros e à acumulação de capital. Esse *ethos* – conjunto de valores culturais – exortava que a acumulação do capital deveria ser reinvestida em novos empreendimentos que gerassem mais empregos. Esse círculo virtuoso – trabalhar, acumular e reinvestir – permitia o estabelecimento da harmonia social. Será esse *ethos* que fomentará a atividade capitalista.

Observa-se portanto que, da completa desvalorização, o trabalho assume, ao longo da sociedade religiosa, uma mudança de sentido até se tornar referência para uma vida virtuosa. Num primeiro momento, na Idade Média, o trabalho é interpretado como castigo – subjaz a essa representação do trabalho uma subjetividade da insignificância da condição humana. O trabalho não é fonte de afirmação pessoal, coletiva ou mesmo espiritual, não compraz e não é valorizado. É visto como necessidade, uma penitência a ser realizada que se coloca em contiguidade à necessidade de sobrevivência. Efêmera, a vida é feita de trabalho penoso e árduo, infeliz e desafortunado. Mesmo aquele que não trabalha interpreta o trabalho dessa forma e considera-se venturoso porque possibilita a outrem a purgação do pecado original de toda a humanidade. A subjetividade manifesta é análoga aos que vivem do trabalho e aos que não vivem. Aqui, diferentemente do paradigma grego, o trabalho não é menosprezado no sentido de condição vil e execrável, como eram vistos os escravos, mas como condicionalidade para a Salvação de todos: aquele que trabalha expia coletivamente a grave ofensa cometida contra Deus. O que está livre do trabalho penoso – pode-se pensar no senhor feudal – não olha os que vivem do trabalho com desprezo, mas como contingência causal a que todos foram submetidos, e que ele, por sorte e graça de Deus está livre, porém a sua Salvação depende daqueles que trabalham. A subjetividade manifesta nessa condição de trabalho é uma subjetividade resignada. Os que trabalham carregam um sentido de vida, mas é antes de tudo uma predestinação, não há uma alternativa.

Esse tipo de interpretação, vinculada ao trabalho, transita para uma outra subjetividade, dessa vez mais afirmativa, que permite um sentido mais dignificante para a vida de quem trabalha. Esse processo é lento, dura séculos, e não se faz perceptível cronologicamente. A reviravolta acontece com a passagem da interpretação do trabalho não mais como condenação, mas como possibilidade de exaltação à obra criadora de Deus. A mudança é significativa: o trabalho se faz como chance de alcançar a glória de Deus. Diferentemente do trabalho-castigo, o trabalho-glorificação dá um outro sentido a quem dele necessita. A fórmula *ora et labora*, reza e trabalha, é portadora de uma subjetividade afirmativa. A efemeridade da vida passa a ser vista como possibilidade de servir ao Deus Criador. A relação com o transcendente faz-se mais de parceria e menos de medo: “Trabalho porque amo a Deus e não porque o temo”. Essa compreensão de trabalho dá um sentido diferente à vida. Trata-se de uma subjetividade que afirma uma positividade do trabalho. No trabalho encontra-se satisfação, não porque ele seja apazível de ser realizado, mas porque confere significado à insignificância terrestre. É pelo e através do trabalho custoso, acerbado, sofrido, que se passa a justificar a existência.

Uma nova configuração dos aspectos subjetivos do trabalho ainda pode ser considerada na sociedade religiosa. Trata-se daquela advinda do significado do trabalho a partir dos preceitos impregnados na Reforma. Daquele momento em diante, definitivamente o trabalho afirma-se como um valor desejável, necessário e sinal de reconhecimento. A afirmação da pessoa humana passa pelo trabalho. A vida virtuosa completa-se no trabalho e é condenável a vida ociosa. Todos devem trabalhar, inclusive aqueles que dele necessariamente não precisem. O trabalho passa a ser uma exigência social, e como tal, assume uma configuração de distinção junto aos outros. O trabalho, contrariamente ao que se afirmava antes, pode sim ser fonte de riqueza e quanto mais se amalha mais reconhecimento traz e mais agrada a Deus.

O sentido do trabalho para as pessoas e para a sociedade, portanto, vai se alterando e configurando distintas subjetividades. Passa-se de uma subjetividade resignada (trabalho-redenção), própria dos primórdios da sociedade religiosa do medievo para uma subjetividade afirmativa (trabalho-glorificação), até uma subjetividade da emancipação (trabalho-liberação) conquistada na ante-sala da ascensão do liberalismo. Afirma-se aqui a subjetividade da emancipação, no sentido de que o trabalho não é mais fonte de vergonha, mas a chave para a conquista da felicidade e de pertença social. Evidentemente que essa transição dos sentidos do trabalho é consoante a uma sociedade que se encontra no umbral da formação capitalista e serve, assim, de justificação à ascensão econômica da burguesia emergente. O sentido do trabalho sempre é socialmente construído e serve a algo, não está isolado ou pendurado acima da realidade social. A compreensão dessa construção social do trabalho, que serve a um capitalismo ainda em sua fase embrionária, é objeto de análise mais à frente.

Há ainda um outro fator decisivo que irá alterar a manifestação do sujeito do trabalho da Idade Média. Trata-se de um acontecimento que não pode ser datado, mas que num *continuum* vigoroso e duradouro irá romper com a cosmovisão teocêntrica de mundo. Como se observou, a religião até então ocupava um lugar central na sociedade – ela exercia um magistério espiritual e moral incontestado. É esse lugar central da religião que se desfaz. Uma profunda e substancial mudança impacta a sociedade. Ao conjunto dessa mudança identificou-se o início de uma Era histórica e cultural que se qualifica, hoje, como a modernidade.

A modernidade caracteriza-se pela rejeição do princípio da autoridade encarnado na Igreja e contesta a ordem de um mundo como revelação de Deus e, ao mesmo tempo, afirma o primado da razão autônoma, como único meio de descobrir a verdade, depositando dessa forma toda a confiança na razão e na ciência como leitmotiv para conduzir a humanidade à felicidade. Há, com efeito, uma emancipação em relação à tutela religiosa e, mais além, em relação a qualquer tipo

de heteronomia, no sentido de uma “lei” que vem do outro, no caso da Igreja ou da monarquia. Com a modernidade, surge o conceito da autonomia e afirma-se o primado do individualismo.

A modernidade irrompe, sobretudo, a partir dos séculos XVI-XVII. Uma de suas bases teóricas é o cartesianismo que fundamenta o que se chamou de construção de uma antropologia racionalista. Na filosofia cartesiana, o homem é cindido em sua subjetividade como consciência de si e da sua exterioridade do corpo. Descartes (1983) propugna por um método universal inspirado no rigor matemático e em regras que asseveram a obsessão pela matematização da realidade. A sua primeira regra do método é não admitir nenhuma coisa como verdadeira se não reconhecida evidentemente como tal e apenas ter por verdadeiro o que for evidente, aquilo do que não se pode duvidar. A segunda é a regra da análise de dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possíveis. A terceira regra da síntese é concluir, por ordem de pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para, aos poucos, ascender, como que por meio de degraus, aos mais complexos, e a última das regras é a dos desmembramentos tão complexos a ponto de estar certo de nada ter omitido.

O método é a base do racionalismo porque considera real aquilo que pode ser matematizado, confirmado, verificável. O racionalismo cartesiano sofreu influências do humanismo renascentista – o homem como centro e criador. O humanismo renascentista manifesta uma revalorização da Antiguidade Clássica, na perspectiva da glorificação da pessoa humana, constituindo-se, antes de tudo, em uma reação ao teocentrismo. O movimento humanista rechaça os valores da Idade Média. A retomada dos princípios da filosofia clássica é uma forma de reafirmar a centralidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, o humanismo renascentista valoriza a produção cultural da Antiguidade. O racionalismo cartesiano também está imbricado à revolução científica da época, uma revolução que encontrará em autores, como Copérnico e Newton, fundamentos ainda

mais fortes para contestar a tutela religioso-eclésiástica. O significado do trabalho e a forma de ser ver no mundo, ou seja, a subjetividade, sofrem mutações significativas com os movimentos infra-Igreja e com a chegada da modernidade – primado da razão e da ciência.

O modelo da ciência não é mais a metafísica ou a retórica, mas a física, que permite por sua vez descobrir as causas e que torna possível a ação transformadora [...] A ciência não tem mais por vocação descobrir a verdade, mas de descobrir as causas que permitem ao homem transformar o mundo: conhecer é, de agora em diante, agir. Enfim, esta transformação é orientada: não somente para o artifício, mas sobretudo para o artifício útil. A relação de crença e de respeito para com a natureza é substituída por uma relação utilitária (MÉDA, 1995: 80).

Há um terceiro acontecimento porém que, somado aos anteriores, é responsável pela recontextualização do trabalho na sociedade – o liberalismo. As bases filosóficas lançadas pelo liberalismo, no século XVIII, contribuem para a reviravolta definitiva da importância que o trabalho passa a ter na sociedade. Adam Smith (2001), um dos principais pensadores desse movimento, atribui ao trabalho a base da riqueza das nações. Trata-se de uma tese revolucionária para os padrões da época. Smith preconiza o sucesso da revolução liberal, ante-sala da Revolução Industrial. A sua contribuição específica está na “descoberta” do princípio da divisão do trabalho como elemento central para o aumento da produção, a produtividade. Segundo ele, a divisão do trabalho é responsável por três consequências:

Primeira, ao aumento de destreza em cada operário; segunda, à economia de tempo que é comumente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho, e permitem a um homem fazer o trabalho de muitos (SMITH, 2001: 04).

Smith é ainda precursor das bases do livre mercado, no qual o trabalho passa a ser uma mercadoria como qualquer outra. Sob a perspectiva dos princípios do liberalismo anunciados por Smith, destaca Polanyi: “Separar o trabalho de outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do



mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista” (POLANYI, 2000: 198). Castel (1998), por sua vez, tendo presente as teses do liberalismo, afirma que a verdadeira descoberta que o século XVIII promove não é a da necessidade do trabalho, mas da liberdade do trabalho. Para a ideologia liberal, a liberdade de trabalho deve libertar também a iniciativa privada, o gosto pelo risco e pelo esforço, o sentido da competição. O livre acesso ao trabalho e a instituição de um livre mercado do trabalho marcam o advento de um mundo social racional por meio da destruição da antiga ordem social arbitrária. Neste momento histórico, inaugura-se um novo conceito que triunfará nos próximos séculos: o direito inalienável ao trabalho. Está, em gestação, a criação de duas categorias – empregados e empregadores – cujas posições na sociedade doravante passam a se complementar, na nova visão do mundo moderno. Deixar frente a frente, sem mediação, os interesses diferentes se completarem ou se enfrentarem, constitui a principal condição da transformação no mundo do trabalho, que se opera com o liberalismo. O trabalho, vendido no mercado como uma mercadoria,

obedece à lei da oferta e da procura. A relação que une o trabalhador a seu empregador tornou-se uma simples ‘convenção’, isto é, um contrato entre dois parceiros que se entendem sobre o salário, mas esta transação não é mais regulada por sistemas de coerção ou de garantias externas à própria troca. O mundo do trabalho vai mudar de base. É uma revolução na Revolução (CASTEL, 1998: 250).

O liberalismo anuncia a sociedade industrial. As condições para o ingresso em num novo estágio histórico estão maduras e a irrupção da Revolução Industrial é o resultado desse processo.

A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma

causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como ‘a’ causa daquele acontecimento súbito e inesperado (POLANYI, 2000: 58-59).

O acontecimento de que fala Polanyi, em realidade, não é tão súbito e inesperado. Trata-se de um acontecimento que recolheu dos fatores citados – mudança de concepção do trabalho no mundo religioso, a modernidade e o liberalismo – a sua maturação. É a partir da Revolução Industrial que o trabalho é elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva. A forma de organizar o trabalho, consolidada pela Revolução Industrial, inaugura o modo de produção capitalista com implicações profundas nas relações produtivas e sociais, incidindo na alteração do sentido que se tinha até então acerca do trabalho, ou seja, transformando a subjetividade do que trabalha.

## 1.2 A introdução da maquinaria e o seu efeito na subjetividade operária

*A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais – Marx.*

É embrionário à Revolução Industrial o modo de produção capitalista. No novo modo produtivo, progressivamente, o sujeito do trabalho, o trabalhador, perderá o controle sobre o seu trabalho, o qual será fragmentado e ele, o trabalhador, será despojado do seu saber, transformando-se em apêndice do processo produtivo. O assujeitamento do trabalhador ao capital é resultante de um longo percurso. A trajetória de subsunção formal e real, do trabalho ao capital, tem sua origem na apropriação do modo de produção artesanal, evolui como trabalho manufaturado e se efetiva plenamente na grande indústria, com a introdução da maquinaria que substitui a ferramenta. Marx analisa esse percurso e revela, com agudeza, que o capital promove uma inversão de valores. No capitalismo, os meios de produção deixam de ser meios para a realização do trabalho

e se tornam meios de exploração do trabalho alheio. As forças produtivas do trabalho se transformam em forças produtivas do capital.

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si mesmos. Com a entrada no mesmo, elas são incorporadas ao capital. Como cooperados, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto força produtiva do capital (MARX, 1985 – vol. I: 264).

A incorporação do trabalhador pelo capital faz-se aos poucos e é sobre a base técnica do trabalho artesanal que o modo de produção capitalista se assenta. No começo, o capital se adapta ao processo de trabalho que encontra e, aos poucos, o transforma e submete tudo à sua dinâmica. Marx demonstra que a primeira forma de organização social do trabalho manifesta-se na produção artesanal, nas corporações de ofício, uma forma de trabalho “em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1985 – vol. I: 259). A esse processo chama de trabalho cooperação. Nesse momento, ainda é o capital que se adapta ao processo de trabalho e aos meios de produção, tal como os encontra, sem modificar a sua base material. Aqui, é o capital que está dependente da tecnologia utilizada no processo de trabalho, porém, a evolução das forças produtivas transforma o trabalho artesanal em trabalho manufatura.

A transição do sistema de trabalho cooperação dos ofícios para a manufatura acontece paulatinamente, quando a manufatura mal se distingue da indústria artesanal das corporações, “a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada” (MARX, 1985 – vol. I: 257). A manufatura origina-se de modo duplo: “Em um modo, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto até o acabamento final, são reunidos em uma mesma oficina sob

o comando de um mesmo capitalista” (MARX, 1985 – vol. I: 267). O exemplo clássico é a produção da carruagem, em que o costureiro, o serralheiro, o correio, ocupam-se apenas com feitura de carruagens e perdem, pouco a pouco, o costume e a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão, uma vez que agora o trabalho passa a ser parcelizado. O outro modo, com origem na manufatura, acontece quando o mesmo tipo de divisão do trabalho incide sobre um ofício apenas: “Muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, por exemplo, papel ou tipos de imprensa ou agulhas, são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina” (MARX, 1985 – vol. I: 268). Aqui, o trabalho é igualmente dividido em atividades parciais às quais os trabalhadores são exclusivamente vinculados. Cada um desses artífices produz, em operações diversas, a mercadoria, uma vez que ele

continua a trabalhar de acordo com o seu antigo modo artesanal. Contudo, circunstâncias externas levam logo a utilizar-se de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. (...) O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são apreendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperados. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho (MARX, 1985 – vol. I: 268).

Em ambos os casos, a manufatura nasce e se organiza através da progressiva decomposição e fragmentação do trabalho artesanal. As operações de trabalho assumem um caráter parcelar, contudo, a base do trabalho assenta-se ainda sobre a base material dos ofícios. A origem da manufatura e a sua formação, a partir do artesanato, é dúplice, na análise de Marx:

De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Do outro lado, ela parte da co-

operação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico (MARX, 1985 – vol. I: 268).

Note-se, entretanto que composta ou simples, a execução continua artesanal e, portanto, dependente ainda da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento e, ainda mais importante, em face do processo produtivo depender da habilidade do trabalhador, “é que cada trabalhador é apropriado exclusivamente para uma função parcial, e sua força de trabalho é transformada por toda a vida em órgão dessa função parcial” (MARX, 1985 – vol. I: 269).

A manufatura significa, portanto, sempre mais a decomposição e a parcelização do trabalho, com um aspecto distintivo em relação aos ofícios, o fato de deixar de ser realizado artesanalmente devido a separação entre concepção e execução, não permitindo que o trabalhador tenha o controle sobre o conjunto do processo de trabalho. Temos aqui a origem do trabalho especializado, desqualificado e despojado do seu enriquecimento. Pode-se afirmar que, se antes, no sistema do trabalho cooperação – lembrando os ofícios de artesãos –, cada trabalhador era responsável por todas as fases da produção da mercadoria que fabricava; com a divisão manufatureira do trabalho, cada trabalhador realiza apenas uma parcela do produto final. No lugar do antigo artesão autônomo, surge um trabalhador parcial realizando atividades simples e repetitivas, o qual executa

uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa cooperação, e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. (...) A manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo (MARX, 1985 – vol. I: 269).

Ocorre, porém que “a produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas” (MARX, 1985 – vol. I: 270), uma vez que acompanha a crescente especialização do trabalho, a especialização dos instrumentos de trabalho<sup>5</sup>. Nesse caso, uma especialização das ferramentas utilizadas no processo de trabalho “faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizando a manufatura” (MARX, 1985 – vol. I: 270).

Esse dado tem a sua importância porque, apesar da divisão manufatureira no processo de trabalho fragmentar as tarefas, desqualificar e desvalorizar a força de trabalho, tem-se ainda um residual de participação autônoma dos trabalhadores no processo produtivo. A total submissão do trabalhador ao capital dar-se-á com a introdução da maquinaria, que romperá com os laços residuais de autonomia no trabalho. Por ora, interessa destacar que a manufatura já introduz uma alteração na subjetividade relacionada à forma de organizar o trabalho. A manufatura assume um claro caráter de expropriação do saber-fazer e do controle sobre o trabalho existente antes. Agora, o trabalho decomposto, fatiado e parcelado retira do trabalhador certo grau de autonomia, fazendo com que o mesmo perca o controle do conjunto. Enquanto a cooperação simples em geral pouco altera o modo de trabalho,

a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor, mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas (MARX, 1985 – vol. I: 283).

A especialização passa a ser condição de inserção no processo de trabalho, e a inserção parcial do trabalhador no processo de produção é o parcelamento do próprio trabalhador. Tem-se aqui a transformação do trabalhador num acessório do

---

<sup>5</sup> Sobre a sofisticação dos instrumentos de trabalho, Marx relata que “apenas em Birmingham são produzidas cerca de 500 variedades de martelos, cada um deles servindo não só a um processo particular de produção, mas um número de variedades frequentemente serve para operações diferentes do mesmo processo” (MARX, 1985 – vol. I: 270).

processo produtivo: “Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista” (MARX, 1985 vol. I: 283). Considerando, porém, os aspectos subjetivos do trabalhador sob esse sistema, há um dado relevante: a combinação dos diversos trabalhos fragmentados, inscritos na forma de organização do trabalho na manufatura, requer, dos próprios trabalhadores parciais, a habilidade e determinado conhecimento do trabalhador. Pode-se dizer que a manufatura manifesta uma subsunção formal do trabalho, condição essa que interfere no sujeito do trabalho por este tipo de trabalho que se limitou

à expropriação das condições objetivas – os meios de produção – e não expropriou as condições subjetivas do processo de trabalho: o saber-fazer operário. Ou seja, o modo produtivo manufaturado requer ainda a participação ativa do trabalhador no processo produtivo. É ele quem controla e manuseia as ferramentas que exigem a sua destreza, habilidade e criatividade. Nesse caso, braços e mentes ainda andam juntos (ROMERO, 2005: 85-86).

Têm-se aqui elementos de uma subjetividade com traços de resistência, na medida em que o capital não expropriou por completo o conhecimento do trabalhador, ao contrário, o modo produtivo da manufatura precisa desse saber operário. Ao mesmo tempo em que o trabalhador disponibiliza o seu conhecimento, esse é utilizado como recurso de barganha frente ao capital. Essa resistência manifesta-se desde um poder maior de negociação frente aos temas do salário e condições de trabalho até os expedientes utilizados no chão da produção, para não se deixar dominar à lógica absoluta da produção. Pode-se falar em uma subjetividade mediada em que o capital não pode tudo e precisa estabelecer certa dialética com o sujeito do trabalho. Esse aspecto

da subjetividade, no qual a subordinação e o assujeitamento não são totais, será eliminado com a introdução da maquinaria – o surgimento da grande indústria. Nessa, ocorre o fecho do percurso transitivo da subsunção do trabalho ao capital e, por conseguinte, do próprio trabalhador, processo esse que começa na cooperação simples, na qual

o capitalista representa, em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1985 – vol. I: 283-284).

A grande indústria significa a passagem da subsunção formal (manufatura) para a subsunção real, em que o capital separa braços e mentes e torna “o conhecimento aplicado no processo de trabalho algo externo aos próprios agentes produtivos” (ROMERO, 2005: 86). A evolução dos meios técnicos, o desenvolvimento das máquinas-ferramentas – a maquinaria descrita por Marx<sup>6</sup> –, impacta o modo produtivo, revoluciona a forma de produzir, radicaliza a divisão do trabalho oriunda da manufatura e reorganiza o conjunto da sociedade capitalista. Para além da consequência objetiva (produção de mercadorias), incorre uma alteração subjetiva (produção de relações sociais), pois o capital

não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas (...) Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar (...) Os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens (MARX e ENGELS, 1998: 43).

<sup>6</sup> A reflexão de Marx sobre a maquinaria relaciona-se ao surgimento da grande indústria: “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a Revolução Industrial no século XVIII” (MARX, 1985 – vol. II: 08). Contrariando muitos autores, a invenção da máquina a vapor e da máquina de fiar tem sua origem ainda no artesanato, na manufatura: “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos 80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial. Ocorreu o contrário: foi a criação das máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor revolucionada” (MARX, 1985 – vol. II: 10).

Os efeitos desse mecanismo [a maquinaria] que executa as mesmas operações que o trabalhador realizava antes com ferramentas semelhantes é devastador. O autor de *O Capital* refere-se à maquinaria introduzida pela Revolução Industrial como um “monstro”, cujo corpo envolve todo o processo produtivo, “enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondido pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos” (MARX, 1985 – vol. II: 14).

O objetivo principal de Marx ao estudar a tecnologia, a introdução da máquina-ferramenta no processo produtivo, tem como horizonte compreender a mudança de base material do capitalismo. O seu interesse no estudo da tecnologia é apreender a mudança de patamar que ocorre nas relações produtivas e sociais. O que deseja, antes de tudo, é decifrar a lógica das forças produtivas na dinâmica da luta de classes. Na sua obra *A Miséria da Filosofia*, expressava essa linha de raciocínio, ao demonstrar as relações sociais atreladas às forças produtivas:

Adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira geral de ganhar a vida, eles mudam todas as suas relações sociais. O moinho dar-vos-á a sociedade com o suserano; a máquina a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 1985b: 106).

Na teoria marxiana, a divisão dos indivíduos em classes sociais é um dado objetivo, que resulta do fato dos capitalistas comprarem a força de trabalho e os proletários venderem-na no mercado de trabalho, relação essa que configura uma exploração de classe e gera a luta de classes. Identidade, consciência e ação coletiva são as premissas que compõem a luta de classes. A sua essência, segundo Marx (1985a), é resultante do antagonismo irresolúvel entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho. É inevitável que essas classes entrem em confronto, como destacam Marx e Engels ao olharem a história da civilização:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre da corporação e companheiro, em

resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em conflito (MARX e ENGELS, 1998: 40).

Aqueles que estão subordinados às forças do capital adquirem consciência de que a exploração a que estão submetidos é o fator de sua miséria, em contrapartida àquele que se encontra em uma situação radicalmente oposta à sua. Essa consciência é adquirida em função da materialidade – das condições aviltantes – da exploração, ou através da conscientização advinda de outros, daqueles que se debruçam sobre a essência do caráter da exploração. A primeira premissa para a luta de classes está na identidade. Apenas quando o sujeito do trabalho se percebe igual aos seus pares, igual na sujeição, pode ele evoluir para uma consciência de classe – a segunda premissa. A consciência de classe é o reconhecimento por parte do trabalhador de que a sua sorte é a mesma do outro que está ao seu lado, ou seja, ambos são explorados pelo capital. O valor daquilo que produzem não retorna em ganhos aos seus bolsos e a mais-valia é apropriada pelo capitalista. Essa consciência de que isso não acontece apenas com eles, mas com todos os outros que vivem em situação semelhante é o que o faz enxergar-se na condição operária, na condição de classe social. Entretanto, a classe apenas existe enquanto se manifesta, e revela capacidade de traduzir a sua identidade e a sua consciência em ações coletivas. É o agir, o revoltar-se, e colocar-se em marcha contra a exploração que materializa a classe e a retira do seu lugar ontológico. A luta de classe, portanto, indica que os arranjos institucionais (do Estado) e da produção (mercado) podem ser alterados, ou melhor, ainda, o próprio Estado – e o mesmo vale para o mercado –, são resultantes dos embates que se produzem entre as forças do trabalho e do capital.

É a partir da compreensão de que a evolução das forças produtivas enseja sempre mais a exploração dos trabalhadores, que Marx chega à conclusão, nos seus estudos sobre a maquinaria

que a mesma se “destina a baratear a mercadoria e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista” (MARX, 1985 – vol II: 07). Em sua interpretação, a maquinaria da grande indústria está associada à produção da mais-valia, particularmente da mais-valia relativa<sup>7</sup>.

Tendo presente o objetivo de analisar os aspectos subjetivos no trabalho, interessa aqui a interpretação da mudança de patamar da divisão social do trabalho a partir da introdução da máquina-ferramenta. Segundo Marx (1985a), a maquinaria sofisticada a divisão social do trabalho, tributária do período artesanal e da manufatura. Essa não é uma mudança qualquer. A maquinaria assume um significado revolucionário nas forças produtivas e o núcleo central dessa transformação reside no fato de que, por meio da intervenção da técnica e da ciência no processo de trabalho, tem-se a completa expropriação do saber do trabalhador no processo produtivo. Trata-se de um revolucionamento e não apenas de uma radicalização. O caráter transformador está em haver um rompimento com os princípios da divisão do trabalho na manufatura. Observa-se uma autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador, rompe-se a relação orgânica entre os dois, como destaca Marx nos *Grundrisse*:

O pleno desenvolvimento do capital só ocorre (...) quando o meio de trabalho (...) se apresenta diante do trabalho, no processo de produção, sob a forma de máquinas; então, o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência. A tendência do capital, portanto, é dar à produção um caráter científico, reduzindo o trabalho a um simples momento desse processo (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2002: 205).

Na manufatura, a ferramenta especializada, ainda não transformada em máquina, depende da habilidade do trabalhador, da sua destreza e de um determinado conhecimento. É como se a ferramenta fosse uma extensão do corpo do próprio trabalhador, uma vez que está intimamente vinculada à habilidade específica daquele trabalhador parcial, que realiza uma atividade igualmente especializada. O sistema de máquina, a máquina-ferramenta, rompe com essa organicidade e o capital se apropria materialmente do trabalho e subjetivamente do trabalhador. Agora, o processo produtivo é prescrito, não sendo necessário nenhum aporte do trabalhador. Ao mesmo tempo em que o trabalhador não dispõe dos meios de produção, não sendo possível utilizá-los da forma que lhe convenha, também o seu trabalho é privado de autonomia, uma vez que as tarefas já estão prescritas. Tem-se, portanto, uma mutação substancial com a forma de organizar o trabalho da manufatura, onde os trabalhadores agrupados ou individualmente executam

cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora, o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica (MARX, 1985 – vol. II: 13).

Com a introdução da maquinaria, o modo de produzir assume um caráter que transforma a natureza do trabalho. A nova divisão social do trabalho separa cada vez mais o trabalhador individual dos meios do seu trabalho. Nos *Grundrisse*, Marx comenta o caráter dessa *differentia specifica*, que não é,

<sup>7</sup> Marx faz uma distinção entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a primeira é produzida pelo prolongamento físico da jornada de trabalho e a segunda se faz pelo barateamento da força de trabalho, abreviando-se a parte da jornada destinada à produção. Isso se faz, sobretudo através do desenvolvimento da maquinaria. Segundo Marx (1985 – vol II: 31), “a máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor do produto da máquina acima do seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho”.

como no caso do meio do trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador. A atividade se organiza agora de outra maneira: o que se transmite à matéria prima é o trabalho, ou ação, da própria máquina, à qual [o trabalhador] vigia e impede que se danifique. É diferente do caso do instrumento que o trabalhador manipula e anima, como a uma parte de seu próprio corpo, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende de sua virtuosidade. Dona de habilidade e da força, a máquina toma o lugar do trabalhador, ela mesma é virtuosa, possui alma própria, encarnada nas leis da mecânica que age nela (...). A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera atividade abstrata, passa a ser totalmente determinada e regulada pelo movimento da maquinaria, e não o contrário (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2002: 203-204).

Com a introdução da máquina-ferramenta, o saber produtivo não se baseia na experiência do trabalhador, mas se situa cada vez mais fora dele. O processo produtivo passa a ser ancorado num conhecimento objetivado nas máquinas, diferentemente da manufatura, na qual sobre a ferramenta repousa um conhecimento objetivado pelo trabalhador. A maquinaria aniquila qualquer pretensão do saber operário. O que acontece é que, se por um lado o trabalhador não deixa de ser o instrumento ativo do processo de trabalho, por outro, atua no processo de trabalho conduzido por um conhecimento não mais formulado por ele, mas que está inscrito e prescrito em normas técnicas. O trabalhador parcial da manufatura realizava atividades simples, porém detinha em si um

saber-fazer que não fora subordinado tecnicamente pelo capital. O manejo das ferramentas, que eram uma extensão do próprio trabalhador, era fruto de um saber produtivo que não estava incorporado materialmente pelo capital. Com a introdução de máquinas, o capital rompe mais esse limite, acentuando ainda mais a desvalorização do trabalho (ROMERO, 2005: 133-134).

A maquinaria significa uma ruptura da base material e do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho e apresenta implicações para a subjetividade operária, ou seja, para a forma como ele passa a se relacionar com o trabalho, com os colegas de trabalho, como ele se situa neste contexto produtivo. O conhecimento, a comunicação e a cooperação alteram-se substancial-

mente. O trabalho que se realiza tem a sua autonomia reduzida – considerando-se que já está prescrito; a fala entre os trabalhadores circunscreve-se na dinâmica imposta pelo trabalho, uma fala reativa ao modo de produção, às demandas solicitadas, e a cooperação no trabalho caracteriza-se pelo autômato imprimido pela divisão técnica do trabalho. Essa forma de organizar o trabalho implica uma subjetividade, no sentido de interação, criação, inventividade e autonomia empobrecidas. A caracterização desse tipo de trabalho manifestar-se-á com ênfase no modo produtivo fordista como se verá à frente, modo de produção totalmente distinto da sociedade pós-industrial a ser analisado no capítulo II.

Essa forma de organizar o trabalho prescrito pela maquinaria tem sua gênese na sociedade industrial e, sob a perspectiva da subjetividade, é distinta à forma de organização do trabalho no período anterior, na manufatura, quando o trabalho realizava-se com um grau maior de autonomia. Na manufatura, “a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material” (MARX, 1985 – vol. II: 17). Ou ainda mais radical, no processo produtivo artesanal e na manufatura, o trabalhador serve-se da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Antes, é dele que partia o movimento do meio de trabalho; aqui, ele precisa acompanhar o movimento: “Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo” (MARX, 1985 – vol. II: 43). A subordinação do trabalhador à maquinaria, a transformação de sua pessoa em acessório do processo produtivo, a radicalização da parcelização do trabalho e a sua especialização numa atividade presumida “confiscam toda a livre atividade corpórea e espiritual”, na expressão de Marx.

Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do tra-

balho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (MARX, 1985 – vol. II: 43).

A maquinaria volta-se contra o próprio trabalhador, contra a sua autonomia, a sua capacidade de criação, de reconhecimento naquilo que faz. Há uma cisão do todo corpóreo do trabalho, o seu valor fica reduzido à venda de energia física, e a capacidade de raciocínio do trabalhador é dispensada. Há uma fragmentação, um fracionamento do trabalhador, que o reduz enquanto pessoa e o direciona à dominação e à exploração maiores.

Os trabalhadores são também atingidos no plano moral pelo desenvolvimento das forças produtivas; este os desonra e faz deles simples apêndices da máquina. Ainda que se possa diminuir ou eliminar o sofrimento no trabalho, não se deve esquecer que submissão às máquinas faz também com que os trabalhadores percam o domínio do seu trabalho que, este sim, perde seu conteúdo (SPURK, 2005: 205).

Marx reputa, portanto, ao surgimento das máquinas-ferramentas, a derrocada definitiva da forma de produção artesanal e a inauguração de um modo produtivo e, embora não se refira explicitamente à subjetividade, fica evidente que o desenvolvimento das forças produtivas altera a relação do sujeito do trabalho com o trabalho. O mesmo processo ocorre nesse momento histórico – a Revolução Tecnológica em curso modifica o modo produtivo e desorganiza o mundo do trabalho que conhecíamos. A Revolução Tecnológica traz consigo a novidade da introdução de máquinas-ferramentas com mais recursos, incorporando tecnologia informacional que, associada aos novos métodos de gestão do trabalho, mais sofisticados, inspirados no toyotismo sobrepõem-se ao fordismo e reorganizam a ação do trabalhador no processo produtivo. O conjunto dessas mudanças manifesta outras características subjetivas *vis à vis* ao trabalho.

A introdução da maquinaria através da grande indústria, nos primórdios da Revolução Industrial,

desorganiza a relação do trabalhador com o seu trabalho, com a sua capacidade de intervir no processo produtivo. Nos *Manuscritos*, Marx analisa esse processo cristalizado a que os trabalhadores devem agora se ajustar:

Aqui o trabalho passado também se apresenta – tanto na maquinaria automatizada quanto naquela posta em movimento por ele – visivelmente como independente do trabalho enquanto auto-atividade (*selbsttätig*): em vez de ser subordinado por este último, o trabalho passado é o que o subordina a si. Trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso. A subsunção do seu trabalho ao capital – absorção do seu trabalho pelo capital –, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico. A pedra fundamental está posta: o trabalho morto no movimento dotado de inteligência e o vivo existindo apenas como um de seus órgãos conscientes. (...) A unidade da maquinaria alcança assim, evidentemente, forma independente e plena autonomia com relação aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se coloca em oposição a eles (MARX *apud* ROMERO, 2005: 136).

Em que pese a possível e aparente demonização de Marx às máquinas-ferramentas, é um equívoco considerar sua crítica descontextualizada do seu método – o materialismo dialético. A partir desse método, percebe-se que o desenvolvimento dos meios técnicos é condição necessária para o surgimento do conceito de classe social. É o desenvolvimento das forças produtivas e o amadurecimento do capitalismo que possibilitam a irrupção de um novo ator social no cenário da sociedade industrial, como a propósito se lê nos *Grundrisse*: “Se a sociedade, tal como é, não contivesse, ocultas, as condições materiais de produção e circulação necessárias a uma sociedade sem classes, todas as tentativas de criá-la seriam quixotescas” (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 353). Marx vislumbra que o desenvolvimento dos meios técnicos e a sofisticação da maquinaria levariam, um dia, à possibilidade da autoafirmação e mesmo da emancipação do trabalhador, quando afirma:

A natureza não constrói máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano



criados pela mão humana; conhecimento objetivado. (...) [O desenvolvimento da maquinaria] revela até que ponto o conhecimento social geral converteu-se em força produtiva imediata; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocados sob o controle do intelecto coletivo [*general intellect*] (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 206).

Essa passagem antevê a possibilidade do caráter emancipatório do trabalho. O progresso da técnica objetivado nas máquinas, resultante do conhecimento em geral, permitirá suprimir “o roubo do tempo de trabalho alheio”, para usar uma expressão de Marx, na medida em que a riqueza social não será mais produto do tempo de trabalho, mas sim do tempo disponível. Em realidade, essa predição feita há um século e meio está em curso, como se verá posteriormente.

A breve digressão, valendo-se de Marx sobre o papel desempenhado pela maquinaria no nascedouro da Revolução Industrial, tem como objetivo destacar o lugar transformador que a introdução de tecnologias desempenha na alteração das forças produtivas produzindo implicações importantes na alteração da subjetividade operária. Tudo isso para afirmar que não é diferente nesse momento histórico. A introdução de novas tecnologias, as máquinas-ferramentas informacionais, estão na origem, embora não sejam o único elemento da sociedade pós-industrial, da configuração de elementos subjetivos no trabalho distintos daqueles da sociedade industrial.

### 1.3 O sujeito do trabalho no modelo fordista: Aspectos da subjetividade

*O fordismo no pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total – Harvey.*

O sistema de produção fordista é o coroa-mento da “grande indústria” analisada por Marx

quando do início do capitalismo industrial. Com o fordismo, a “sociedade se tornou fábrica” (NEGRI e HARDT, 2001) e encerrou o sujeito do trabalho em uma “jaula de ferro” (SENNETT, 2006). O fordismo é tributário da evolução das forças produtivas, sobretudo da (r)evolução dos meios técnicos que se seguiu à Revolução Industrial de 1780. A célula original do fordismo encontra-se, no sistema do trabalho cooperação artesanal e da manufatura, a sua origem, como descreveu Marx (1985a). Do ponto de vista da organização do modo produtivo, a essencialidade do fordismo reside na radicalização da parcelização do trabalho. O sistema fordista de produção é um *continuum* da forma de produção já presente, embrionariamente, na manufatura e na grande fábrica analisada pormenorizadamente por Marx (1985a). O fordismo é um método de organização da produção e do trabalho complementar ao taylorismo “que se caracteriza pelo gerenciamento tecnoburocrático de uma mão-de-obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados” (TENÓRIO, 2000: 140).

O fordismo correspondeu aos anos dourados do capitalismo e, mais do que um simples modo de organizar a produção, correspondeu a um modo de vida<sup>8</sup>. O capitalismo procura legitimar-se diante dos trabalhadores, fazendo do fordismo um sucesso que vincula um sistema de sociedade a um Estado regulador.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2001: 121).

O fordismo, no seu momento histórico, encontra-se nas teses keynesianas – a necessidade de um Estado ativo e protagonista na regulação eco-

<sup>8</sup> A expressão “anos dourados do capitalismo”, período que vai do final dos anos 1940 até o início da década de 1970, é do historiador inglês Eric Hobsbawm (1995) ao comentar o crescimento virtuoso das economias americana e europeia após a Segunda Guerra Mundial. Essas economias entraram num ciclo acelerado de crescimento tendo em sua base a sinergia entre o aumento de produtividade, salários e geração de empregos.

nômica – uma similaridade, comprovada no período de expansão do pós-guerra “que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (HARVEY, 2001: 119). As ideias de Keynes, associadas ao fordismo e ao movimento operário em ascensão, fundaram o Estado do bem-estar social, com um leque de obrigações. O fordismo não se resume, portanto, a um simples processo de organização do trabalho, mas influencia as ideias econômicas e políticas do seu tempo.

Por algum momento, julgou-se que o capitalismo, ao menos nos países desenvolvidos, havia encontrado o seu equilíbrio e a sua voracidade havia sido contida, que a sociedade tinha encontrado harmonia – fala-se até mesmo de “capitalismo social” (SENNETT 2006). A vida fazia-se sem solavancos, prometeica da felicidade individual e coletiva. Havia uma sensação de retilinearidade e encadeamento dos acontecimentos, percebidos por Gramsci, no caráter revolucionário do fordismo, que se tornou sinônimo de americanismo:

os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida (...). O fenômeno americano é o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais visto na história, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2001, v.4: 266).

O fordismo marca decisivamente a organização do mundo do trabalho durante o século XX. Toda uma geração de trabalhadores se constitui à sombra desse modelo de organização do trabalho que permitiu a constituição de um sujeito no trabalho portador de uma metanarrativa da vida, e foi decisivo na constituição de determinada subjetividade, com elementos diversos daquela dos primórdios do capitalismo. Confere às pessoas estabilidade, um sentido, uma metanarrativa para a vida. O trabalho porta um sentido de vida para homens e mulheres da classe operária, por representar uma “fonte de honra na família e na comu-

nidade proporcionando identidade nas consequências sociais de sua atividade” (SENNETT, 2006: 70). O fordismo é a essência da sociedade industrial, uma sociedade que infunde um sentido produtivo à vida individual e coletiva determinando características subjetivas bem delineadas ao trabalho. Na sociedade industrial do século XX, grandes corporações, racionalização, reconhecimento do lugar social, definição clara de tarefas, o tempo linear, a rotina, a estabilidade, constituíram-se em um porto seguro de toda uma geração operária. O tempo racionalizado afetava a vida subjetiva, na medida em que permitia “que os indivíduos encarassem suas vidas como narrativas – não tanto daquilo que necessariamente acontecerá quanto da maneira como as coisas deveriam acontecer, a ordem da experiência” (SENNETT, 2006: 29-30).

Longe de serem pessoas oprimidas pela burocracia, os trabalhadores eram “indivíduos enraizados em sólidas realidades institucionais, guiados por uniões estáveis, grandes corporações e mercados relativamente firmes; nesse contexto, homens e mulheres da classe operária tentavam dar sentido a sua posição inferior na hierarquia social” (SENNETT, 2006: 15). Na sociedade fordista, o trabalho passa a ocupar definitivamente o lugar central na vida das pessoas. É o trabalho que identifica, determina, distingue, classifica e marca de modo decisivo as relações sociais. Se no mundo fabril do início da Revolução Industrial, o trabalho era visto como condição indispensável para a sobrevivência, com o fordismo ele é mais do que sobrevivência, é sobretudo identidade, compreendida como o conjunto de valores, partilha de interesses comuns, modos de agir e pensar de um grupo social ou de determinada sociedade.

O trabalho tinha enorme importância para homens da classe operária pelo que representava como fonte de honra da família e na comunidade, independentemente das satisfações que determinado emprego pudesse proporcionar por si mesmo. Vale dizer: a identidade do trabalho se encontrava nas consequências sociais de sua atividade (SENNETT, 2006: 70).

O tempo racionalizado, propiciado pelo fordismo, permitia que os indivíduos encarassem

suas vidas com expectativas do devir, afetando profundamente a vida subjetiva, estabelecendo firmeza de propósitos. A sociedade industrial, tendo o fordismo como a sua síntese maior, encerrou os sujeitos do trabalho em uma “jaula de ferro”. A “pirâmide weberiana” tornou-se uma realidade estrutural que passou a dominar as grandes organizações do século XX. A “pirâmide weberiana” é uma expressão de Sennett (2006), retirada da analogia de Weber, da burocracia militar vis à vis à sociedade capitalista. Na análise de Weber, tomando como referência o exemplo do exército prussiano, o modelo militar começou a ser aplicado às empresas e instituições da sociedade civil, em nome da estabilidade. Assim como no exército, para que se tenha coesão, precisa-se definir com clareza e precisão a função de cada patente, numa grande burocracia nacional, o poder efetivo assume a forma de uma pirâmide racionalizada, ou seja, cada posto tem uma função definida. O tempo é um conceito essencial nesse modelo weberiano, no qual as funções são estáticas, fixas e precisam sê-lo para que a organização se mantenha coesa, não importando que se esteja neste ou naquele cargo. Fazer uma carreira vitalícia, numa instituição dessa natureza, encerra a pessoa numa “jaula de ferro”, porém o tempo da convivência com as outras pessoas e as estruturas burocráticas conferem sentido para o agir e a sensação de estar agindo por contra própria. Segundo Sennett (2006), Weber considerava que essa máquina do tempo era o segredo da jaula de ferro, tratando os indivíduos de se emparedar em instituições fixas, porque esperavam uma recompensa futura.

A sociedade industrial institui determinadas características em torno do trabalho (SENNETT, 1999), que moldam a subjetividade operária do século XX. Essas características podem ser definidas: 1 – O trabalho passa a ser o elemento central que permeia o conjunto das instituições. As pessoas provam o seu valor pelo seu trabalho. 2 – O não-trabalho, ou seja, a ausência de um emprego, configura uma caracterização identitária de constrangimento. 3 – Estabelece-se uma forte relação de classe social. Os trabalhadores têm satis-

fação de sua posição social, reconhecem-se como operários e estabelecem laços de solidariedade. 4 – É comum a identificação perene com um determinado tipo de ofício, de profissão. 5 – O ofício profissional que o trabalhador desempenha, identifica-o perante os demais e, uma vez exercendo essa atividade, é comum que não mude para outra. 6 – O trabalho não é intermitente, ele se faz de maneira continuada, segura e, geralmente em um mesmo local, na mesma empresa. 7 – Em função do tempo – anos – em que convivem juntos em uma mesma planta industrial, constroem-se laços de fidelidade, companheirismo, amizade e lealdade entre os trabalhadores. 8 – A competitividade entre os operários, a disputa por espaço e ascensão profissional, é reduzida. 9 – A recompensa para uma vida de trabalho é a aposentadoria. O trabalho passa a ser portador de um caráter, de um *ethos*. Valores são constituídos, uma forma particular de enxergar o mundo e de relacionar-se com os outros.

#### 1.4 A subjetividade que se faz classe

*A organização do proletariado em classe renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa – Marx e Engels.*

O trabalho, na sociedade industrial, define um “modo de ser moral do trabalhador”, afirma Rosa (2002). O *locus* de trabalho – o chão de fábrica – deixa marcas no corpo do trabalhador, manifestadas pela crueza do trabalho (as máquinas, o calor, a cobrança, a produtividade), a extensa jornada de trabalho, as horas-extras (o sobretrabalho). Porém, na longa jornada de trabalho diária, acumulada ao longo do tempo, os trabalhadores cultivam amizades, relações fortes, transformam o *locus* de trabalho em convívio familiar. Como o tempo de trabalho nega-lhes o convívio com a família, os trabalhadores deslocam este para o espaço do trabalho, que passa a ser apropriado, reinventado como um espaço privado (familiar). Outra manifestação do “modo de ser moral do trabalhador” – sua subjetividade,

segundo Rosa (2002), manifesta-se na relação do trabalhador com o seu trabalho e dos sentidos que ele confere ao seu trabalho, que se materializam no tempo de trabalho qualitativo – não meramente quantitativo –, que o tornam um profissional e, como profissional, enumeram sua singularidade, o que lhe é próprio, o que é capaz de fazer, o seu saber não disciplinado e normalizado. Um grau de pertença e adesão elevado ao sistema produtivo, essa foi a conquista do fordismo. A pertença deve-se ao fato de que a vida, embora hegemônica pela lógica do capital, transfere um sentido para a existência.

A análise de Sennett (2006) e de Rosa (2002) permite afirmar que a sociedade industrial construiu “laços fortes” entre os trabalhadores. É a partir desses laços fortes que os trabalhadores construíram as suas resistências, os seus mecanismos de defesa e as suas organizações como um sujeito coletivo, sujeito que estabelece lutas sociais e é capaz de ações coletivas: greves, manifestações, pautas de reivindicação, enfrentamentos. É nesse sentido que se pode afirmar que o *Welfare State* é uma conquista da subjetividade libertária dos trabalhadores – da consciência de que fazem parte de uma classe social e se colocam como sujeito coletivo em ação na sociedade. A sociedade industrial configura uma situação em que a subjetividade manifesta-se por um lado, como assujeitamento, subordinação e/ou submissão à lógica econômica e, por outro, como resistência. A classe é a manifestação da subjetividade que se contrapõe à dominação do capital.

A primeira divisão social ‘moderna’ do trabalho surge como o modo produtivo artesanal, mais especificamente com as Corporações de Ofício. A unidade de base desse modo produtivo é o Ofício, constituída pelo mestre artesão, proprietário de suas ferramentas, de um ou dois empregados, os companheiros, e de um ou dois aprendizes. Os companheiros são os únicos remunerados, visto que os aprendizes não são re-

munerados pela aprendizagem. Presume-se que os aprendizes tornem-se companheiros e estes, tornem-se mestres. O assalariamento dos companheiros antecipa a condição salarial. As Corporações de Ofício permitem o aparecimento de uma primeira subjetividade livre e criativa no trabalho, considerando-se que nelas, o sujeito do trabalho exercita o controle da produção em sua integralidade. A experiência das Corporações de Ofício, entretanto, durou pouco tempo, e a manifestação de uma subjetividade autônoma – a liberdade criativa – no trabalho será substituída pela instauração da condição salarial (Castel, 1998), portadora da subjetividade assujeitada – o tolhimento da criação – no trabalho.

A verdadeira revolução, que o capital emergente do século XVIII promove, é a da liberdade do trabalho. Para a ideologia liberal, a liberdade de trabalho deve ser consoante à liberdade de mercado. Uma nova definição do trabalho vai se impondo em oposição ao “antigo regime”. Para que agora o trabalho seja “livre”, faz-se necessária a destruição dos dois modos de organização do trabalho até então hegemônicos: o das Corporações de Ofício e o modelo da corveia<sup>9</sup>. O livre acesso ao trabalho exige homens livres (MARX, 1985a; POLANYI, 2000; CASTEL, 1998). Está em gestação a criação de duas categorias: empregados e empregadores e a fundação do assalariamento. Deixar frente a frente, sem mediação, os interesses diferentes – do capital e do trabalho – enfrentarem-se, constitui a principal transformação que acontece com o advento da Revolução Industrial. O trabalhador, agora individualizado, será doravante uma mercadoria que se troca no mercado. O capitalista compra a força de trabalho e dela se apropria.

Surge a condição proletária de que fala Marx. No modo produtivo que se instaura, o trabalhador perde o domínio sobre o processo de trabalho. A produção de um objeto, de uma mercadoria, é estranha ao seu produtor, o trabalhador.

---

<sup>9</sup> A corveia é o que deve um arrendatário ao seu senhor, ou seja, certo número de dias de trabalho na terra senhorial. O arrendatário se torna livre para organizar seu trabalho, porém como a sua lavoura é insuficiente para a provisão familiar, ele irá alugar o seu trabalho para o senhor. A corveia marca uma dependência pessoal de servidão e sucede à escravidão.

Trata-se do trabalhador alienado, fetichizado, manifestação pela qual a mercadoria esconde, em vez de revelar, o caráter social do trabalho, como descreve Marx (1988). Entre os trabalhadores e suas criações instala-se uma relação de exterioridade. Eles não são os sujeitos-criadores das coisas. Ao contrário, são as coisas os mestres de seu destino: “As condições objetivas do trabalho vivo aparecem como valores separados e autonomizados em relação à capacidade de trabalho enquanto estar-aí subjetivo; por isso, esse estar-aí parece (aos trabalhadores) somente como uma outra espécie de valor (como valor de uso que não é o deles)” (MARX *apud* SPURK, 2005: 199-200). Em suma, “o morto domina o vivo”, reafirma Marx.

O conceito de fetichismo é fundamental para a compreensão da subjetividade que emerge com o modo produtivo capitalista do século XVIII. Temos aqui uma inversão da relação entre o trabalhador e as coisas, entre o sujeito e o objeto. Há uma objetivização do sujeito e uma subjetivização do objeto. Em suma, na sociedade industrial, o trabalhador, transformado em mercadoria, não é considerado em sua totalidade. Ele entra no processo produtivo como um “acessório da oficina capitalista” (MARX, 1985a), subordinado à lógica produtivista de maximização dos lucros. As suas características pessoais, subjetivas, são dispensadas. A sua subjetividade é evacuada do processo produtivo (COCCO, 2001). O trabalhador é encerrado em uma “jaula de ferro” – na fábrica, como um numerário, sem rosto e sem fruição a ser manifestada. A sua energia física é consumida, o seu tempo de trabalho é roubado e o seu conhecimento, quando exigido, é usurpado. Coisificado e assujeitado, assim é o trabalhador que a sociedade industrial requer. O tempo racionalizado na fábrica e fora dela (SENNETT, 2006), entretanto, vai produzindo uma identidade, ou seja, a consciência da condição de assujeitamento. A plena identificação de muitos com a condi-

ção operária, origina um sujeito social, a classe. As conquistas reunidas no chamado Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* – um século depois, em meados do século XX, é uma conquista dessa subjetividade emancipatória, a resistência à exploração do capital manifesta de forma coletiva pelo sujeito do trabalho.

É essa subjetividade do sujeito do trabalho, a classe, própria da sociedade industrial, que entrará em mutação com a sociedade pós-industrial. Agora, a evolução das forças produtivas – a Revolução Informacional – em curso, que faz germinar a economia do imaterial, a mudança do trabalho fabril, a desorganização do trabalho fordista e a emergência de uma nova forma de organizar o trabalho, sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, colocou em reviravolta a sociedade que até então se conhecia. Assiste-se sempre, e cada vez mais, à desindividualização e à desespecialização do trabalhador: solicita-se o seu engajamento no processo produtivo, que tem em sua base a comunicação, o conhecimento e a cooperação. O conjunto das mudanças dá contornos a outra subjetividade que, ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, preserva a sua autonomia e apresenta características emancipatórias de outra natureza.

O sujeito do trabalho, na sociedade industrial, conformou o proletariado – essa vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado pelas normas do capitalismo – sendo que o sujeito do trabalho produzido nesse período permitiu o surgimento da classe social como protagonista da resistência à exploração do capital. No novo momento histórico – da sociedade pós-industrial – o protagonismo tende a ser exercido pela *multidão* (NEGRI; HARDT, 2001-2005), resultante de outra subjetividade que se alimenta de um novo sujeito do trabalho. O conceito de *multidão* pretende repropor o projeto político da luta de classes lançado por Marx.

## 2 Trabalho e subjetividade na sociedade pós-industrial

### 2.1 A economia do imaterial

*O conhecimento se tornou a principal força produtiva, e consequentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado – Gorz.*

A sociedade industrial está em reviravolta. O último quartel do século XX impulsionou significativas e substanciais mudanças na sociedade mundial. O capitalismo passa por uma profunda reestruturação, ainda inacabada, porém suficiente para configurar novas realidades. Assume-se aqui, desde logo, dois aspectos centrais na caracterização da mutação da sociedade industrial: a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial.

O caráter das mudanças em curso na sociedade mundial e o seu significado assumem diversas denominações na literatura sociológica: sociedade pós-industrial, pós-fordista (Lazzarato; Negri; Virno; Rulani), capitalismo cognitivo (Vercellone; Corsani; Moulner-Boutang; Cocco), sociedade do conhecimento (Gorz), sociedade informacional (Castells; Lojkin)<sup>10</sup>, era do acesso (Rifkin), segunda modernidade (Giddens), pós-social (Touraine)<sup>11</sup>, pós-modernidade (Harvey), novo capitalismo (Sennett), modernidade líquida (Bauman) e sociedade do risco (Beck) são alguns conceitos, entre outros, que não expressam necessariamente uma oposição entre si mas, antes de

tudo, formas próximas para dar conta de conteúdo a um mesmo acontecimento: o enfraquecimento do paradigma da sociedade industrial.

A marca distintiva, que caracteriza a sociedade pós-industrial ou pós-fordista, como alguns denominam, é a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Impulsionada pela revolução informacional – Castells (1999), Lojkin (1999) – a economia transfere importância, em termos de valorização, para os ativos imateriais, aqueles relacionados ao universo da intangibilidade, ou seja, dizem respeito ao conhecimento, a ideias, a conceitos e ao relacionamento entre pessoas. Esses ativos são recursos cada vez mais utilizados no processo produtivo. O conhecimento e a inovação passam a ser os elementos caracterizadores que impactam o conjunto da sociedade, particularmente as forças produtivas, tal como até então era compreendida e praticada na sociedade industrial. O imaterial está ancorado no centro da nova economia. O principal elemento que caracteriza a economia do imaterial é a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo – Gorz (2005), Vercellone (2005); Corsani (2003); Moulner-Boutang (2003); Cocco (2003); Rifkin (2001). De acordo com Gorz, “o capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de

<sup>10</sup> O conceito sociedade informacional é próprio de Castells (1999). A opção de incluir Lojkin (1999) nessa terminologia ocorre em função de sua reflexão acerca do impacto transformador da revolução informacional na sociedade.

<sup>11</sup> O conceito pós-social não é utilizado formalmente por Touraine (2005) para interpretar a nova configuração da sociedade. Porém, não é descabido retirar de sua reflexão esse conceito como chave de leitura das grandes mudanças que se processam. Touraine afirma que a categoria social utilizada para explicar a sociedade industrial já não dá conta de interpretar a nova sociedade e se trata agora de enunciar um novo paradigma: o cultural, que se sobrepõe à chave de leitura da categoria social – daí o pós-social

‘capital humano’ ou ‘capital inteligência’ (GORZ, 2005: 15). Rifkin fala em capital intelectual: “O capital intelectual é a força propulsora da nova era, e muito cobiçada. Conceitos, ideias e imagens – e não coisas – são os verdadeiros itens de valor na nova economia. A riqueza já não é mais investida no capital físico, mas na imaginação e na criatividade humana” (RIFKIN, 2001: 4).

A economia do imaterial ativa por sua vez, cada vez mais, o trabalho imaterial – Gorz (2005), Negri/Hardt (2001-2005), Lazzarato (2001), Rulani (1998), Virno (2002) – no qual o conhecimento, a comunicação e a cooperação – recursos imateriais – tornam-se decisivos no processo produtivo. Sob a hegemonia do trabalho imaterial “a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medida pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais” (HARDT, NEGRI, 2005: 156). A economia do imaterial apresenta transformações importantes para o sistema econômico:

Ela indica que o conhecimento se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais (GORZ, 2005: 29).

A irrupção da economia imaterial ainda é vista com reservas, uma vez que convive com a sociedade industrial. Mais do que isso, a sociedade industrial ainda é hegemônica. Os fundamentos básicos oriundos da Revolução Industrial – a produção em massa em grandes fábricas, a instituição do trabalho assalariado, o parcelamento das tarefas laborais, normas rígidas na definição das condições do trabalho, o movimento operário, o estabelecimento do contrato social laboral – entre outros, perduram até hoje. Essa realidade, entretanto, está passando por mudanças. A sociedade industrial ainda é preponderante, mas a es-

sência da forma de organizar a sua produção é empurrada cada vez mais para a periferia do núcleo propulsor do novo capitalismo. No capitalismo pré-fordista,

a complexidade vem decomposta em módulo material (máquinas, materiais, produtos) que são recompostas através do mercado; no capitalismo sistêmico do século fordista, a complexidade é decomposta em módulos organizativos (tarefas, nexos relacionais, procedimentos elementares, rotinas), para ser recomposta depois pelo poder da hierarquia proprietária (na grande empresa) ou institucional (no estado keynesiano); no capitalismo reticular (pós-fordista) que está emergindo, a complexidade é decomposta em módulo virtual (conhecimento, programas de simulação, virtual reality) recomposto mediante interação comunicativa (RULANI, 1998: 35-36).

Assim como a Revolução Industrial foi o germen de um novo tempo, a sociedade pós-industrial anuncia uma nova página na história, uma tendência que tende a tornar-se hegemônica. A concepção de mundo, a forma de organizar o trabalho, as relações econômicas e sociais da sociedade industrial estão sendo deixadas para trás. Esse processo de coexistência faz-se presente em diferentes épocas e realidades dos diversos setores econômicos e fora deles. Quando Marx estudou o trabalho industrial e a produção capitalista,

eles representavam apenas uma parte da economia inglesa, uma parte menor das economias alemã e de outros países europeus e apenas uma fração infinitesimal da economia global. Em termos quantitativos, a agricultura certamente ainda era dominante, mas Marx identificava no capital e no trabalho industrial uma tendência que funcionaria como motor de futuras transformações (NEGRI e HARDT, 2005: 190).

A opção pelo conceito sociedade pós-industrial anuncia uma hipótese: a de que se prenuncia uma nova organização social, na qual a metamorfose do trabalho é um dos aspectos centrais, embora não o único, da mutação societal em curso. No debate atual sobre a natureza da transformação social, a concepção predominante é a de ruptura, por sinalizar uma modificação no capitalismo

no sentido em que não está dominado, em que está em movimento, tão atuada quanto atuante. Ela é profunda

também em suas proporções, isto é, no nível das grandezas envolvidas, por sua amplitude e por sua universalidade planetária. Ela é, enfim, radical, pois se trata de uma mutação estrutural, ou seja, de um rearranjo de certos elementos que são conservados, mas cuja função sofreu uma reviravolta, como, por exemplo, o papel do trabalho operário, o papel do conhecimento, a função do mercado, a relação com a técnica (MOULIER-BOUTANG, 2003: 38).

## 2.2 O caráter transformador da Revolução Informacional

*O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido – Castells.*

Assim como não é possível precisar, com exatidão, o momento do surgimento da sociedade industrial e as suas causas decisivas e determinantes, o mesmo acontece com a sociedade pós-industrial. Uma das alavancas poderosas dos dois acontecimentos, entretanto, tem por detrás de si a mesma dinâmica: a introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Assiste-se agora a uma revolução das forças produtivas comparável à mesma envergadura produzida pela Revolução Industrial. Trata-se da Revolução Tecnológica, para outros, Revolução Informacional, a qual traz consigo a novidade da introdução de novas máquinas-ferramentas, com mais recursos, incorporando tecnologia informacional. Sob a perspectiva do processo produtivo, essa revolução assume um caráter profundamente transformador. O caráter inovador da Revolução Tecnológica/Informacional reside no fato de que ela supera o tratamento que era dado à informação pela Revolução Industrial anterior. As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) agem diretamente sobre a informação e “não são apenas informações de que dispomos para agir sobre a tecnologia, como foram os casos das revoluções tecnológicas anteriores (...) e permitem a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação” (CASTELLS, 1999: 78).

Nas revoluções anteriores, o conhecimento esgotava-se no invento propriamente dito. As pessoas aprendiam e assimilavam o uso dessas tecnologias, usando-as. Nesta revolução, o conhecimento é utilizado para gerar mais conhecimento, num processo cumulativo sem fim. Aprende-se a tecnologia, fazendo: “O conhecimento [nesta revolução] não é simplesmente uma ferramenta a ser aplicada, mas um processo a ser desenvolvido. Não há passividade diante da máquina, e sim integração, interação” (CASTELLS, 1999: 51). O que está na origem da sociedade pós-industrial, portanto, é a introdução de novas tecnologias. Para usar uma expressão de Marx, a *differentia specifica* dessa sociedade, particularmente da reorganização do trabalho, é o aporte de tecnologias inovadoras. Evidentemente, esse não é o único fator causal e não se trata de um olhar refém do determinismo tecnológico, pois a sociedade não prevê como se desenvolve a transformação tecnológica,

uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999: 25).

As tecnologias não explicam tudo, pelo contrário, são na maioria das vezes resultantes de outros fatores. Assim como a Revolução Industrial não se explica sem o surgimento da modernidade, que é um acontecimento anterior à evolução das forças produtivas, o mesmo acontece com a sociedade pós-industrial. A sua explicação não pode ser reduzida às inovações tecnológicas, porém como o foco é observar a metamorfose que acontece no trabalho, elas assumem um lugar de destaque por envolverem os sujeitos que trabalham. É constitutiva à sociedade pós-industrial a emergência de um novo paradigma tecnológico: a Revolução Tecnológica da Informação ou, como prefere Castells (1999), a Revolução Infor-



macional<sup>12</sup>. Um novo modo produtivo está surgindo: o modo produtivo informacional e as NTIC estão no cerne dessa transformação. Criou-se uma nova linguagem: a linguagem digital que está revolucionando a sociedade. A informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. A tecnologia informacional é, para esta revolução, o que as fontes de energia foram para as revoluções anteriores – o motor a vapor, a eletricidade, os combustíveis fósseis. São características deste novo paradigma:

1) Tecnologias que agem sobre a informação e não apenas informações para agir sobre a tecnologia como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores; 2) Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias – o novo meio tecnológico incide na existência individual e coletiva das pessoas; 3) A lógica das redes – a possibilidade de estruturar o não estruturado, de criar interação; 4) A flexibilidade – as novas tecnologias permitem a reestruturação das organizações sociais; 5) Convergência das tecnologias para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 1999: 78-79).

A Revolução Tecnológica transformou o processo produtivo e o trabalho. Na sociedade industrial, o trabalho insere-se na esfera da reprodução, dispensa o conhecimento, está preconcebido e atende a um padrão tecnológico e organizacional estruturado de antemão. As tarefas são rotineiras, repetitivas, e podem ser pré-codificadas e programadas para que as máquinas as executem. Na sociedade industrial, o trabalho mais homogêneo corresponde ao dispêndio de energia, esforço muscular, adequado à “especificidade das tecnologias mecânicas – e das formas de divisão e de organização do trabalho que caracterizaram seu uso – repousa sobre a especialização da máquina

e, portanto sobre a heterogeneidade das máquinas” (CORSANI, 2003: 21).

A relação homem/máquina é despojada de qualquer enriquecimento. Trata-se de uma relação racionalizada por procedimentos que manifestam uma interação mecanicista. O saber operário não é reconhecido, ou apenas parcialmente, por encontrar-se circunscrito nos padrões pré-estabelecidos pela máquina. Há um limite interposto que é o ‘saber morto’ objetivado na máquina que bloqueia a possibilidade do ‘saber vivo’ do operário. A máquina é especializada e “sua função e seu uso são predeterminados segundo a natureza dos conhecimentos que incorpora. Diante dessa máquina, o trabalho, separado do conhecimento, esvazia-se de qualquer especificidade singular” (CORSANI, 2003: 21). Ao trabalhador não é exigido acréscimo de conhecimento ao processo produtivo, uma vez que “a máquina, enquanto cristalização do saber, enquanto trabalho morto impõe sua lei de funcionamento ao trabalho vivo” (CORSANI, 2003: 21). A história da industrialização pode ser lida “como a história do divórcio crescente entre o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e técnicos, por um lado, e a cultura comum, por outro” (GORZ, 2003: 34). Há rigidez, uniformidade e padronização no modo produtivo. A produção fabril se faz em série, a linha de montagem dita o ritmo da produção, a quantidade prevalece sobre a qualidade. O controle de trabalho faz-se verticalmente, hierarquicamente mediante a gerência de execução, realizando-se linearmente, no mesmo local, no tempo pré-dimensionado, com procedimentos repetitivos e rotineiros. Encerrada a jor-

<sup>12</sup> Para Castells (1999) se a Revolução Industrial tem a sua origem na Inglaterra, a Revolução Informacional é americana. Surge a partir de inovações na microeletrônica, como o transistor, o circuito integrado, o microprocessador e o microcomputador. Contribuiu nesse contexto o grande progresso tecnológico dos anos 70, de certa forma relacionado com a cultura da liberdade, a inovação individual e a iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos campi norte-americanos da década de 1960. Em sua análise, a Revolução Informacional deve muito a Frederick Terman, diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade de Stanford que criou o Parque industrial de Stanford, numa área semi-rural ao norte da Califórnia, que atraiu para o local pessoas e empresas interessadas em desenvolver tecnologia de ponta. O papel de Shockley (o inventor do transistor) teria sido decisivo porque reuniu em torno dele uma série de talentosos engenheiros que depois abriram suas próprias empresas. É a partir da década de 70 que irão para o Vale do Silício figuras como Steve Wozniak e Steve Jobs (que criaram a Apple), Paul Allen e Bill Gattes que fundaram a Microsoft. Em sua opinião, foi a concentração de conhecimentos tecnológicos, instituições, empresas e mão-de-obra qualificada que deu ensejo à Era da Informática e, neste processo, o Estado desempenhou papel decisivo com aporte de recursos.

nada, o trabalho fica na fábrica. Assim como o produto do trabalho, a mercadoria fordista é estandarizada, o trabalhador também é estandarizado. Essa é uma das diferenças entre os trabalhadores dos regimes produtivos anteriores – as manufaturas, as indústrias taylorizadas – e o pós-fordismo. Se os primeiros se tornam operacionais quando

despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano, e submetidos a uma divisão parcelada do trabalho. (...) Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquirem... (...) É o seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora (GORZ, 2005: 19).

Com a introdução das tecnologias da informação, as mudanças são significativas. Cada vez mais a valorização do trabalho repousa sobre o conhecimento, sobre a capacidade de interação com a máquina, superando a mera subordinação. Compreende-se o conhecimento sob duas perspectivas: uma delas, como aquele adquirido formalmente, o conhecimento técnico-científico, e outra, como saber: “uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente em conhecimentos formalizáveis, codificáveis” (GORZ, 2005: 32) – saber esse que comumente escapa à possibilidade de uma formalização. A propósito, Gorz comenta que o capital investe na aquisição do saber operário – o conhecimento vernacular – com o objetivo de integrá-lo em seu processo produtivo.

Substantivo no novo modo produtivo é o fato de que a tecnologia informacional altera a relação homem-máquina. O trabalhador, num contexto pós-fordista, precisa inserir-se no conteúdo da complexidade e isso “exige capacidade de juízo, habilidades distintas, poder de decisão, responsabilidade de gestão (...) se tornar o construtor direto da rede de relações úteis ao seu trabalho, ultrapassando o organograma da pirâmide organizacional” (RULANI, 1998: 63). A novidade das NTIC deve-se ao fato de que constituem uma

ruptura na história das técnicas, pois se apóiam em uma dissociação entre a máquina (hardware) e seu programa

(software). Essa maleabilidade dos instrumentos, cujo uso transforma o programa de funcionamento, abre a perspectiva de uma reviravolta na relação homem/máquina: a ‘metamáquina’ é desespecializada, homogênea (na heterogeneidade de seus componentes interconectados: redes, periféricos etc.), ao passo que o trabalho se transforma em criação de usos (CORSANI, 2003: 22).

Nesse processo, o conhecimento torna-se um recurso e um produto, exigindo do trabalhador a capacidade de incorporar o seu conhecimento no processo produtivo – como aquele que acontece na relação de um operário com determinada máquina-ferramenta informacional. Trata-se de uma relação permeada pela flexibilidade. O conhecimento incorporado à máquina – ao seu software – via de regra, está aberto a alterações a partir do seu usuário, no caso, o operário. A esse trabalhador é requerida a capacidade de interpretar o software da máquina e, de acordo com a sua performance produtiva, reprogramá-la. Ao interagir com o resultado do seu conhecimento, ele acumula mais conhecimento que recursivamente deve ser disponibilizado na produção.

Trata-se do que Corsani (2003) denomina de “sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos”. Requer-se, portanto, um trabalhador heterogêneo, que saiba lidar e articular conhecimento/produção/conhecimento de forma indefinida. As NTIC implicam num trabalho de criação de usos, na expressão de Corsani, por não ser a capacidade abstrata do trabalho que está sendo demandada, mas sim “a capacidade heterogênea, subjetiva para aquisição, para acumulação, para valorização dos conhecimentos, para articular os conhecimentos abstratos aos conhecimentos tácitos, para recontextualizar os saberes codificados” (CORSANI, 2003: 22).

Na sociedade industrial da manufatura e do fordismo, a relação com a produção fazia-se silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permitia uma interação colaborativa. A informatização da indústria pós-fordista tende a transformar o trabalho “em gestão de um fluxo contínuo de informações. O operador deve ‘se dar’ ou ‘se entregar’ de maneira contínua a essa gestão de fluxo; ele tem de se produzir como sujeito para

assumi-lo. A comunicação e a cooperação entre operadores são parte integrante da natureza do trabalho” (GORZ, 2005: 17). O sistema cognitivo organiza os conhecimentos distribuídos entre uma pluralidade de pessoas e cria, entre “esses atores múltiplos, uma recíproca interdependência: as linguagens que organizam a sua comunicação e a cooperação (...) permitem a partilha de projetos e resultados” (RULLANI, 1998: 14), sempre em função da produção, mas que acrescentam ao trabalhador, um potencial de transferência para a vida.

É nesse sentido que a forma de trabalhar é associada ao pós-fordismo como a passagem de uma lógica da reprodução para uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção. No período fordista, a inovação repousava sobre o domínio do tempo de reprodução de mercadorias padronizadas, produzidas com tecnologias mecânicas.

O tempo em questão era um tempo sem outra memória senão a corporal, a do gesto e de uma cooperação estática, inscrita na divisão técnica do trabalho e determinada segundo os códigos da organização científica do trabalho. (...) No pós-fordismo, esta exceção que era a inovação torna-se regra. A valorização repousa então sobre o conhecimento, sobre o tempo de sua produção, de sua difusão e de sua socialização, que as NTIC permitem, enquanto tecnologias cognitivas e relacionais. A um tempo sem memória, tempo de repetição, opõe-se um tempo de invenção, como criação contínua do novo (CORSANI, 2003: 17).

O sujeito do trabalho, nesse caso, assume o papel de agente do trabalho imaterial, pois o seu saber e o seu conhecimento – recursos imateriais – enriquecem o trabalho. A introdução das máquinas informacionais, no processo produtivo, possibilita ainda, ao menos em tese, uma recomposição de funções que questiona a divisão do trabalho clássica entre os que concebem e decidem e aqueles que executam. Para Lojkine (1999), o novo maquinismo [as máquinas ferramentas informacionais] cria potencialidades contraditórias. Historicamente, o objetivo da introdução de tecnologias é o de aumentar a mais-valia, o lucro do capital e reduzir os gastos com o trabalho humano. Segundo o autor, o trabalho insere-se nessa

dinâmica de servir o capital, porém as máquinas informacionais abrem possibilidades contraditórias, entre elas, a superação da divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e os que são excluídos deste exercício, pelo fato de permitirem romper com as divisões seculares do trabalho. Isso, porque “o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas e, em parte esterilizadas, por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais” (LOJKINE, 1999: 15).

### 2.3 Trabalho imaterial

*O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial – Gorz.*

Na sociedade pós-industrial, o conhecimento, a comunicação e a cooperação, ativados sobretudo pela Revolução Informacional, mas não apenas, passam a ser considerados como os principais recursos demandados ao sujeito do trabalho, algo que na sociedade industrial era renegado. A importância que esses atributos adquirem, no processo produtivo, é a base da categoria trabalho imaterial, que vem se sobrepondo nas últimas décadas do século XX ao trabalho industrial. O trabalho imaterial “cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional” (HARDT e NEGRI, 2005: 149). Sob a perspectiva do sujeito do trabalho na sociedade pós-industrial, o trabalho imaterial recompõe a subjetividade do trabalhador na medida em que está por detrás da criação do comum – “a comunicação entre singularidades manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (HARDT e NEGRI, 2005: 266). É a produção do *the common* que dá forma à multidão – que assume o lugar da classe – como um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. Esse tema será retomado; por ora, descreve-se o

caráter e o significado que o trabalho imaterial assume na sociedade pós-industrial.

A origem do conceito trabalho imaterial é atribuída a Maurizio Lazzarato e Antonio Negri em um artigo

publicado na revista francesa *Futur Antérieur* (1991), para dar conta da nova realidade do capitalismo pós-fordista. De maneira complementar e no mesmo momento, Paolo Virno, em artigo da revista italiana *L'Uomo Comune*, atualizava um outro conceito marxiano, o de *General Intellect*. O conceito de trabalho imaterial dá conta das dimensões subjetivas de um trabalho que se alimenta e alimenta uma dinâmica de conhecimento que não mais é controlada pelo capital e fixada em suas maquinarias, mas afere a rede social dos cérebros: o *General Intellect* (COCCO, 2007: 25).

Essas características de um trabalho que tem necessidade da incorporação do saber, do conhecimento, das habilidades do trabalhador, e se faz na reativação do trabalho vivo, na cooperação inteligente e na linguagem comunicante, aproxima-se do conceito marxiano de *general intellect*, conceito que será visto à frente. A novidade do trabalho imaterial consiste em que

tende a transformar a organização da produção, das relações lineares da linha de montagem às inúmeras e indeterminadas relações das redes disseminadas. A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas da produção, transformando-se a rede em sua forma dominante de organização. Assim é que os sistemas técnicos de produção correspondem estreitamente a sua composição social: de um lado, as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham. Essa correspondência define a nova topologia do trabalho e também caracteriza as novas práticas e estruturas de exploração (HARDT e NEGRI, 2005: 155-156).

O caráter “revolucionário” do trabalho imaterial, segundo Hardt e Negri (2005: 156) repousa no fato de que “as formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas, emergem das energias produtivas do próprio trabalho”. O conceito de trabalho imaterial, entretanto, é complexificado quando Hardt e Negri (2005) enfatizam que mesmo o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo

material, por mobilizar corpos e cérebros e que imaterial é o seu produto. Eles reconhecem que nesse sentido, é ambígua a expressão trabalho imaterial e que “talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como trabalho biopolítico, ou seja, trabalho que cria não apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social” (NEGRI e HARDT, 2005: 150).

Os autores dão relevo ao fato de que o trabalho imaterial é uma tendência, ou seja, ainda não se apresenta hegemônico quantitativamente, mas já o é qualitativamente. O trabalho imaterial constitui uma minoria do trabalho global, concentrando-se em algumas regiões dominantes do planeta e se encontra hoje em posição semelhante à que estava o trabalho industrial há 150 anos,

quando respondia apenas por uma pequena fração da produção global e se concentrava numa pequena parte do mundo, mas exercia hegemonia sobre todas as outras formas de produção. Assim como naquela fase todas as formas de trabalho e a própria sociedade tinham de se industrializar, hoje o trabalho e a sociedade têm de se informatizar, tornar-se inteligentes, comunicativos e afetivos (NEGRI e HARDT, 2005: 151).

Em síntese, os recursos que compõem e recompõem o trabalho imaterial são o conhecimento, a comunicação e a cooperação na análise de Hardt e Negri (2001-2005), características reconhecidas por outros autores, às vezes com terminologias diferenciadas. Gorz (2005), por exemplo, dá ênfase ao conceito do saber; Virno (2002) dá destaque à linguagem; Vercellone (2007) fala em dimensão cognitiva do trabalho; Corsani (2003) insiste no conhecimento como categoria fundante da imaterialidade requerida no trabalho. Em comum, os autores, entre outros, assumem que a forma crescente do modo produtivo da sociedade pós-industrial já não é apenas hegemônica pelo capital, mas que o sujeito do trabalho joga um papel decisivo como parte integrante da própria forma de organizar o trabalho.

Outro aspecto relacionado ao trabalho imaterial, naquilo que lhe dá conteúdo, é o fato de que não se restringe ao processo produtivo, ao contrário, alimenta-se também das externalidades, de

um conhecimento que vem de fora do trabalho fabril, de fora da fábrica. Ao capital produtivo interessa a incorporação desse saber no chão de fábrica; o trabalhador é estimulado a socializar as suas aptidões acumuladas socialmente. A concepção de organização do trabalho pós-fordista se vale do tempo do “não-trabalho”, do “mundo da vida”, ou seja, das experiências e conhecimentos maturados fora do ofício, adquiridos no trânsito da vida cotidiana. O mundo da vida, expressão de Habermas, é,

por assim dizer, o lugar transcendental em que o falante e o ouvinte se encontram; é o lugar em que podem estabelecer reciprocamente a pretensão de que suas emissões concordam com o mundo objetivo, subjetivo e social; e em que podem criticar e exhibir os fundamentos das respectivas pretensões de validade, resolver seus desentendimentos e chegar a um acordo (HABERMAS, 1999: 179).

A racionalidade dos indivíduos, portanto, mediada pela linguagem e pela capacidade de comunicação, é produzida através de complexas interações sociais, onde entra em jogo a subjetividade, a visão de mundo, as relações sociais que se estabelecem. O mundo da vida interessa cada vez mais às empresas. A importância da experiência do “mundo da vida”, trazida pelos trabalhadores para dentro da fábrica, é destacada por Virno (2002) e Gorz (2005), ao preconizarem a sociedade pós-fordista. Nela, os trabalhadores devem entrar no processo de produção com sua bagagem cultural adquirida

nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc... É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É o seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora (...). O que as empresas consideram como ‘seu’ capital humano é, pois um recurso gratuito, uma externalidade que se produz sozinha, e que continua a se produzir. E da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se produzir (GORZ, 2005: 19-20).

Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados, aos trabalhadores, os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a

capacidade de interação, de disposição linguística, o talento comunicativo, requisitos esses oriundos menos do disciplinamento industrial e mais de “uma socialização que tem seu epicentro fora do trabalho”. (VIRNO, 2002: 95).

Trata-se de uma produção biopolítica, isto é, “por um lado, incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida” (HARDT e NEGRI, 2005: 195). É nesta perspectiva que se pode falar que o trabalho imaterial se contrapõe à teoria marxiana da mais-valia ou, antes de tudo, exige uma atualização de sua teoria. A novidade está relacionada aos parâmetros utilizados para definir o valor de uma mercadoria. Na teoria marxiana, o que determina o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho despendido para produzi-la, mais especificamente, a média do tempo utilizado de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. No trabalho imaterial, o tempo de trabalho já não é necessariamente medido, pois tempo de trabalho e tempo de não trabalho confundem-se, sua linha divisória é tênue. Marx postula a relação entre trabalho e o valor em termos de correspondência de quantidades:

uma certa quantidade de tempo de trabalho abstrato equivale a uma quantidade de valor. De acordo com esta lei do valor, que define a produção capitalista, o valor é expresso em unidades mensuráveis e homogêneas de tempo de trabalho. Marx viria posteriormente a vincular esse conceito a sua análise da jornada de trabalho e da mais-valia. Esta lei, contudo, não pode ser mantida hoje na forma em que Smith, Ricardo e o próprio Marx a conceberam. A unidade temporal de trabalho como medida básica de valor já não faz sentido hoje em dia. O trabalho efetivamente continua a ser a fonte essencial de valor na produção capitalista, isto não muda, mas precisamos investigar de que tipo de trabalho estamos tratando e quais são as suas temporalidades. (...) A jornada de trabalho e o tempo de produção mudaram profundamente sob a hegemonia do trabalho imaterial. Os ritmos regulares da produção fabril e suas divisões estanques entre o tempo de trabalho e o tempo em que não se trabalha tendem a declinar no reino do trabalho imaterial. (...) O novo paradigma solapa a divisão entre

tempo de trabalho e tempo de vida (HARDT e NEGRI, 2005: 193-194).

O que há de novo aqui é o fato de que o tempo de trabalho já não pode mais ser medido apenas pelas forças produtivas objetivadas na máquina-ferramenta do tempo fabril. O elemento novo é o *plus* acrescido pelo operário, o seu conhecimento, o seu saber, que extrapolam o tempo fabril e são incorporados ao processo produtivo: “Os custos de sua produção muitas vezes não podem ser determinados, e seu valor mercantil não pode ser auferido de acordo com o tempo de trabalho necessário que foi gasto em sua criação. Ninguém é capaz de dizer com precisão onde, no contexto social, o inventivo trabalho do saber começa, e onde termina” (GORZ, 2005: 10). Negri e Hardt destacam que, na medida em que se desenvolvem capacidades criativas de inovação e que se apresentam maiores que o trabalho produtivo de capital

podemos reconhecer que essa produção biopolítica é, por um lado, incomensurável, pois não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo, e, por outro lado, sempre excessiva no que diz respeito ao valor que o capital pode dela extrair, pois o capital não pode nunca capturar toda a vida. Por isto é que precisamos rever o conceito marxiano de relação entre trabalho e valor na produção capitalista (NEGRI e HARDT, 2005: 195).

A percepção contida aqui é de que o conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que seria o equivalente, o resultado ou o produto. Na opinião de Gorz, o conhecimento recobre e designa uma grande diversidade de capacidades heterogêneas, ou seja, sem medida comum. O conhecimento, nessa perspectiva, constitui-se num “novo capital fixo”, ou seja, não pode ser apropriado, divisível e quantificado, pois a economia do conhecimento desequilibra a medição do trabalho e do valor. Por ter se tornado a principal força produtiva, o conhecimento e

conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica

também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em uma última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma do trabalho e do capital (GORZ, 2005: 29).

Nessa perspectiva, o conceito de mais-valia precisa ser revisto, ele não se reduz mais à mais-valia produzida no tempo fabril. Mais do que isso, a mais-valia é produzida incessantemente porque se vale também do tempo de não trabalho, daquele tempo que se encontra externalizado ao processo produtivo e inclui toda a vida social, o mundo da vida de que se falava anteriormente. O trabalho imaterial complexifica a medição do trabalho e engendra inevitavelmente a crise da medição do valor: “Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido” (GORZ, 2005: 30). Cada vez mais qualitativo, o trabalho se torna menos mensurável e coloca em xeque a pertinência das noções de ‘sobretalho’ e ‘sobrevvalor’, que passam a ser

o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida. O mais-valor é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extratrabalho não é paga pelo salário, obviamente, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Deveríamos considerar o processo de trabalho somente como uma parte de um processo de produção mais geral, que compreende, em si, a vida como tal (VIRNO, 2005: 08).

Por entender a produção da vida também no trabalho e para além dele, essa novidade do trabalho imaterial, ou seja, a exigência de uma redefinição do conceito de valor, altera a teoria marxiana de mais-valia e necessita de uma nova teoria so-

cial que dê conta de ampliar o conceito de exploração do trabalho. Hoje, no paradigma da produção imaterial, portanto, nem a teoria do valor nem a exploração podem ser concebidas em termos de tempo, porque

devemos entender a produção de valor em termos do comum, assim também devemos tentar conceber a exploração como a expropriação do comum. Em outras palavras, o comum tornou-se o lócus da mais-valia. A exploração é a apropriação privada de parte do valor produzido como comum, ou de todo ele. As relações e comunicações produzidas são comuns por sua própria natureza, e no entanto o capital consegue apropriar-se em caráter privado de parte de sua riqueza (HARDT e NEGRI, 2005: 198-199).

Sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais. As formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas emergem das energias produtivas do próprio trabalho. O comum aqui, constitutivo ao trabalho imaterial, é a produção de comunicação, de relações sociais e de cooperação, aspectos esses de difícil mensuração, porque partilhados.

O trabalho imaterial, pelas características descritas, aproxima-se do conceito de *general intellect*, descrito por Marx nos “fragmentos sobre as máquinas” em suas anotações (*Grundrisse*), no exílio em Londres, em 1858<sup>13</sup>, ao afirmar que a natureza não constrói as máquinas, sejam elas

máquinas têxteis, locomotivas, estradas de ferro, telégrafos etc. São produtos da laboriosidade humana; são materiais naturais que se transformam em instrumentos da vontade e da ação humanas sobre a natureza. São como órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; conhecimento objetivado. (...) [O desenvolvimento da maquinaria] revela até que ponto o conhecimento social geral converteu-se em força produtiva imediata; portanto, até que ponto as condições do próprio processo da vida social foram colocados sob o

controle do intelecto coletivo [*general intellect*] (MARX *apud* ROSDOLSKI, 2001: 206).

Marx entende a ciência, o conhecimento em geral, a capacidade científica acumulada e objetivada, como sistema de máquinas e

utiliza o idioma inglês para dar força à expressão, como se desejasse sublinhá-la. A noção de “intelecto geral” pode ter diversas origens: talvez seja uma réplica polêmica à “vontade geral” de Rousseau (segundo Marx, não é a vontade, mas o intelecto o que os produtores acumulam); ou talvez, o “intelecto geral” seja continuação materialista do conceito aristotélico de *nous poietikos* (o intelecto produtivo, poiético). Mas aqui, não importa a filologia. Importa o caráter exterior, social, coletivo que compete à atividade intelectual, enquanto que dali provém, segundo Marx, o verdadeiro motor da produção de riqueza (VIRNO, 2002: 27-28).

Paolo Virno (2005) considera que Marx identificou, sem dúvidas, o *general intellect* – o saber enquanto principal força produtiva – com o capital fixo, com a “capacidade científica objetivada” no sistema de máquinas, mas que esta equação intelecto geral = sistema de máquinas não se sustenta em nossa época. O intelecto geral manifesta-se, em ampla medida, na atividade do trabalho vivo, na cooperação inteligente de uma pluralidade de corpos humanos que falam e agem, ou seja, “antes que se encarnar (ou melhor, se aferrar) no sistema de máquinas, existe enquanto atributo do trabalho vivo. O *general intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, como comunicação, abstração, auto-reflexão dos sujeitos vivos” (VIRNO, 2002: 67). Em síntese, é o fundamento de uma cooperação social mais ampla que aquela especificamente do trabalho, constituindo-se como centro do processo de trabalho pós-fordista. Pense-se na produção contemporânea, na qual o partilhar do conhecimento faz os trabalhadores participarem

na produção enquanto pensantes-falantes. Nenhuma relação, vemos, com a ‘profissionalidade’, ou com o antigo ‘ofício’: falar/pensar são atitudes genéricas do animal humano, o contrário de qualquer especialização. (...) O compartilhar, enquanto pré-requisito técnico opõe-se à divisão do trabalho, a contradiz, a faz desmo-

<sup>13</sup> A datação é de Rodolsky (2001).

ronar. Isto não significa, naturalmente, que o trabalho já não esteja subdividido, parcelizado, etc.; significa que a segmentação do âmbito do trabalho já não responde a critérios objetivos, ‘técnicos’, mas, que é explicitamente arbitrária, reversível, cambiante. Para o capital, o que conta verdadeiramente é a unificação originária do dote lingüístico-cognitivo, já que é isso o que garante a velocidade da reação frente às inovações, à adaptabilidade (VIRNO, 2002: 32-33).

Negri (2005: 214), por sua vez, destaca que “o contexto da produção é constituído pela cooperação social do trabalho imaterial, e tudo, isso, chamamos *General Intellect*”. Em suma, o trabalho imaterial cada vez mais se posta no centro do processo produtivo e apresenta implicações novas, principalmente na ativação de um trabalho que difere daquele que se realizava na sociedade industrial.

## 2.4 Subjetividade, trabalho e a produção do comum

*Como prescreve o novo management hoje ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’ – Lazzarato/Negri.*

Ao contrário da sociedade industrial que dispensou a subjetividade – a autonomia, o conhecimento, a comunicação, a sensibilidade, a percepção, a criatividade, a capacidade de produzir-se de forma contínua – dos sujeitos do trabalho, a sociedade pós-industrial a requer. No capitalismo industrial, o trabalho estava separado da sensibilidade do trabalhador, esse

tornou-se abstrato, não somente na sua forma, mas também no seu conteúdo, esvaziado de todo interesse e de toda qualidade intelectual expansiva. (...) A maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho (VERCELLONE, 2005: 20).

Tornando-se o trabalho cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia física efetuado num tempo dado. A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital

fixo, a maquinaria. “O novo capital fixo é constituído do conjunto das relações sociais e da vida, das modalidades de produção e de aquisição das informações que, sedimentando-se na força do trabalho, são em seguida ativadas durante o processo de produção” (MAZARI *apud* GORZ, 2005: 33). Na nova forma de se organizar o trabalho e ativá-lo, busca-se a reconquista da parte do trabalho vivo que o desenvolvimento histórico do capitalismo tentou aniquilar. Evidentemente que essa configuração no trabalho, de que falam Vercellone e Mazari, não é uma realidade disseminada em todos os setores produtivos e prevalece ainda a organização do trabalho fordista. Porém, é notório o fato de que cada vez mais as empresas revelam esforços para que os seus trabalhadores assumam determinado modelo de competência profissional, ou seja, tomem iniciativa e o assumam responsabilidades de indivíduos diante de situações profissionais com as quais se deparam (ZARIFIAN, 2001). O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

A lógica competitiva inerente à concorrência e à competitividade do mercado é transferida para o chão de fábrica. As empresas pedem, de seus funcionários, um total envolvimento em seu trabalho, apelando

para um discurso sobre a guerra econômica na qual estão operando, os administradores exigem doravante a excelência que ela define em códigos de ética, deontológicos, em normas de vida. Os administradores pedem para seus funcionários serem os militantes incondicionais da empresa, mostrando lealdade, disponibilidade, além de competência. Devem eles aceitar a mobilidade e, por isso, deixar a vida pessoal e familiar em segundo plano (LINHART, 2006: 09).

A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvol-



ver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir. É inegável que o capital demanda que o trabalhador se engaje no processo produtivo e que dê o melhor de si, porém a sutileza está no fato de que se espera que esse engajamento seja voluntário. A prescrição da subjetividade é a obtenção, por parte da empresa, de um consentimento voluntário do trabalhador aos seus objetivos, fazendo com que ele assuma os preceitos da empresa como se fossem seus, “daí a pertinência de uma moral que substitui uma disciplina obrigatória e repressiva e que simbolize uma participação consensual dos assalariados nas atividades das empresas” (LINHART, 2007: 74). É nesse sentido, de uma autorresponsabilização cada vez maior com o que acontece no chão de fábrica, que Lazzarato e Negri (2001: 25) falam que o que “prescreve o novo management hoje ‘é a alma do operário que deve descer na oficina’. É a sua personalidade, a sua subjetividade que deve ser organizada e comandada”. Está em processo uma ruptura da concepção de trabalho da sociedade industrial, aquela em que o trabalho situa-se fora do operário; agora, o trabalho subsume toda a pessoa, invade todo o seu ser, não é mais exterior, mas foi interiorizado, é constitutivo ao operário. O tempo do não trabalho confunde-se ao tempo do trabalho, ocorrendo uma mudança na relação do sujeito com a produção e o seu próprio tempo.

Essa relação não é mais uma relação simples de subordinação ao capital. Ao contrário, esta relação se põe em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. Em segundo lugar, esta relação se põe em termos de autonomia com relação à exploração, isto é, como capacidade produtiva, individual e coletiva, que se manifesta como capacidade de fruição. A categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro dessa atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer (LAZZARATO e NEGRI, 2001: 30).

A dualidade trabalho-vida se reduz: “Doravante, não nos é mais possível saber a partir de

quando estamos do ‘lado de fora’ do trabalho que somos chamados a realizar. No limite, não é mais o sujeito que adere ao trabalho; mais que isso, é o trabalho que adere ao sujeito” (GORZ, 2005: 22). Hoje, o tempo social estende-se, não se distinguindo o tempo de trabalho “do resto das atividades humanas. Portanto, como o trabalho deixa de constituir uma práxis especial e separada, em cujo interior regem critérios e procedimentos peculiares, tudo é distinto dos critérios e procedimentos que regulam o tempo de não-trabalho” (VIRNO, 2002: 122).

Com essa nova forma de organizar o trabalho, o capital busca uma espécie de ‘cooperação subjetiva’ (VIRNO, 2005), na qual as externalidades do trabalhador – o seu conhecimento, o seu saber, a sua capacidade de criação e interação, a sua bagagem cultural, o seu fazer-se e produzir-se continuamente – são incorporadas e apropriadas pelo capital. A cooperação subjetiva produz uma cooperação social que se torna um *plus* importante no ganho do capital:

Desde sempre o capitalista se apropria diretamente, sem pagá-la de nenhum modo, daquela gigantesca força produtiva que é a cooperação social. O capitalista paga o salário a cada trabalhador singular, mas se aposa gratuitamente da interação entre os trabalhadores singulares, uma interação cujo resultado é muito maior do que a soma aritmética das partes. Hoje, a apropriação privada de um processo de trabalho constitutivamente social é impulsionada ao grau máximo. Também porque hoje a cooperação não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absorver. Eu me explico: uma parte do trabalho consiste, hoje, em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante de algo que chamarei de cooperação subjetiva (VIRNO, 2005: 05).

A partir de agora, o capital requer, sempre mais, uma cooperação do trabalhador, uma cooperação social e socializada. Se na sociedade industrial – a da manufatura descrita por Marx e no fordismo – a cooperação era dispensada e até mesmo o trabalhador sentia-se constrangido a opinar, porque o seu conhecimento era desquali-

ficado, o seu saber não era reconhecido, o que se vislumbra agora é o estímulo e o incentivo para que denuncie toda e qualquer situação que possa melhorar os arranjos produtivos. A solicitação por parte da empresa de uma ativa participação dos trabalhadores na resolução de problemas, e incremento ao processo produtivo está relacionada, sobretudo a três aspectos: qualidade, segurança e produtividade. Os sujeitos do trabalho são constantemente ativados a manifestarem-se sobre como melhorar a performance do conjunto produtivo nesses três quesitos.

A nova realidade do trabalho, sob a perspectiva da subjetividade pode, portanto, ser interpretada como uma forma de exploração, de subsunção total do trabalhador; porém, também pode ser interpretada como possibilidade – no sentido de potencialidade – de uma autonomia maior. A nova forma de organizar o trabalho requer recursos imateriais: conhecimento, comunicação e cooperação, afirmam Negri e Hardt (2001, 2005). A lógica do capital é apropriar-se desses recursos que se desenvolvem como qualidades subjetivas e subordiná-las ao seu projeto. Essas mesmas qualidades, entretanto, podem ser direcionadas para um projeto de maior autonomia, criador de outras relações produtivas e sociais. Naquilo em que reside hoje o diferencial do capitalismo, em sua lógica concorrencial na globalização, pode estar também o seu antagonismo. A produção de subjetividade direcionada à reprodução do capital pode tornar-se bioprodução, no sentido de produção da vida. O próprio Marx enfatiza as condições materiais de produção para manifestação da subjetividade:

“Desse modo, a produção não só cria um objeto para o sujeito”, escreve ele, “mas também um sujeito para o objeto”. A subjetividade dos trabalhadores também é criada no antagonismo da experiência de exploração. (...) A riqueza que o trabalho imaterial cria é tomada, e é esta a fonte do seu antagonismo. Mas ele preserva a sua capacidade de produzir riqueza, e esta é a sua força. Nessa combinação de antagonismo e força repousa o germe de uma subjetividade revolucionária (NEGRI e HARDT, 2005: 200- 201).

O trabalho imaterial produzido pelos trabalhadores repousa no conhecimento, na comuni-

cação, na cooperação, nas externalidades, em suma, numa subjetividade estimulada, solicitada pelo capital e por ele apropriada. Essa mesma subjetividade prescrita também resulta em “produção de si”, ou seja, é portadora de elementos que podem abrir caminhos para a transformação do próprio sujeito do trabalho. Quer-se dizer que a nova forma de organizar o trabalho abre a possibilidade da conquista de uma autonomia maior, uma vez que os recursos imateriais, disponibilizados no processo produtivo são também ganhos e aquisição dos próprios trabalhadores. Essas qualidades, que os trabalhadores são instados a produzir para o capital, assumem também o caráter de produção para si. O dado mais relevante, entretanto, é o fato de que os recursos imateriais criam a base do “comum” de que falam Negri e Hardt:

Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Essa produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes de trabalho. Em outras palavras, o próprio trabalho, através das transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas (HARDT, NEGRI, 2005: 13-14).

Segundo os autores, a produção de valor passa cada vez mais pela captação dos elementos produtivos e de riqueza social que estão “fora” do processo produtivo:

Uma teoria da relação entre o trabalho e o valor deve basear-se no comum. O comum aparece em ambas as extremidades da produção imaterial como pressuposição e resultado. Nosso conhecimento comum é o alicerce de toda nova produção de conhecimento; a comunidade lingüística é a base de toda inovação lingüística; nossas relações afetivas presentes baseiam toda produção de afetos; e nosso banco comum de imagens sociais possibilita a criação de novas imagens. Todas essas produções enriquecem o comum e por sua vez servem como base para outras. O comum, na verdade, manifesta-se não só no início e no fim da produção, mas também no meio, já que os próprios processos de produção são comuns, colaborativos e comunicativos. O trabalho e o valor tornaram-se biopolíticos na medi-

da em que viver e produzir tende a ser coisas indistinguíveis. (HARDT, NEGRI, 2005: 196)

Gorz destaca que, na nova forma de organizar a produção, o conhecimento é o principal aspecto da força produtiva e que ele se trata de um “produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção de subjetividade’, o conhecimento é em grande parte ‘inteligência geral’ [*intellect general*]], cultura comum, saber vivo e vivido” (GORZ, 2005: 36). Podemos identificar aqui o conceito de multidão surgindo dessa noção: “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por vez produz o comum. A multidão é a subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha” (HARDT, NEGRI, 2005: 258). Afirmar Virno (2005: 04): “Por multidão devemos entender uma pluralidade de indivíduos muito diferentes entre si, que, no entanto, chegam a um recurso comum, compartilhado, pré-individual. O *general intellect* é o âmbito do comum”.

Os autores sustentam que a nova forma de organizar a produção, tendo em sua base o trabalho imaterial, ativa uma cooperação subjetiva que já se encontra presente nos trabalhadores, resultante do seu saber vernacular, do conhecimento acumulado, do seu trânsito social, das relações que se constroem no cotidiano. Essas qualidades subjetivas ativadas singularmente, mas também coletivamente, enriquecem o processo produtivo, que vai se fazendo sempre mais no modo cooperação – junção comum das potências produtivas de uma multiplicidade de sujeitos. É desse amálgama que resulta o comum, aquilo que é próprio da singularidade da cada um, mas que assume um caráter de identificação com o outro. É no comum que se encontra a base de exploração, mas ao mesmo tempo, a subjetividade de resistência que se configura na multidão.

## 2.5 Sujeito do trabalho e subjetividade. A contribuição foucaultiana

*O sujeito é resultado de uma subjetivação* – Negri.

Antes de dar continuidade à análise da produção da subjetividade na sociedade pós-industrial, faz-se necessário adentrar nas categorias foucaultianas de “sociedade da disciplina”, “biopoder”, “sociedade do controle” e “biopolítica”. Essas categorias são particularmente importantes porque preparam o terreno para a correta análise da sociedade pós-industrial e a caracterização do conceito multidão: “um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum (...) Um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT, NEGRI, 2005: 140). É o percurso transitivo da sociedade da disciplina para a sociedade do controle e do conceito do biopoder à biopolítica, que contribui para a análise da gênese de uma subjetividade que se recompõe a partir da nova forma do capital organizar o trabalho.

A obra de Foucault, permeada pela historicidade hermenêutica do sujeito, constitui-se numa valiosa contribuição para se pensar o tema subjetividade quando cotejado ao do trabalho. Destaque-se que o trabalho, em toda a obra do autor, aparece sempre como instrumento privilegiado de sujeição social. Em Foucault (2004), é o problema do sujeito, mais do que o poder, outra área de sua pesquisa, que se apresenta como a sua principal preocupação. A análise foucaultiana do sujeito é relevante em função do seu método historicista, a formação do sujeito na história (genealogia). É na imanência da história que o sujeito foucaultiano se constitui como produto e resistência às técnicas de dominação: “O sujeito é o produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e do poder. Cada sujeito, é pois, o resultado de uma subjetivação” (NEGRI, 2003: 180). Foucault define três formas de subjetivação. A primeira dá-se pelos diversos modos de conhecimento, isto é, pelos diferentes modos com os quais o conhecimento alcança o estatuto de ciência, ou seja, consolida-se como instituição. A segunda forma é aquela que chama em causa as práticas de divisão, ou seja, de classificação. A

terceira forma é aquela típica de poder, que assume essas tramas de divisão científica e de classificação, para supradeterminá-las, através das técnicas da disciplina e do controle. “A questão de fundo proposta por Foucault é: As técnicas de poder tendem a construir o sujeito, mas o sujeito como reage a essas tecnologias?” (NEGRI, 2003: 181), ou posto de outra forma, o sujeito produz subjetividade em resposta ao poder dominação: “O indivíduo-sujeito emerge tão somente no cruzamento entre uma técnica de dominação e uma técnica de si. Ele é a dobra dos processos de subjetivação sobre os procedimentos de sujeição” (GROS, 2004: 637), ou seja, o sujeito foucaultiano é aquele que se afirma em oposição ao poder dominação; melhor ainda, é aquele que se constitui no antagonismo e no interstício à exploração a que é submetido.

Na sociedade industrial, os mecanismos de disciplina reduzem o poder do sujeito sobre a capacidade produtiva do seu corpo, no sentido de que a disciplina

umenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2001: 119).

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social, em suas diversas formas, é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se colocar em funcionamento essa sociedade, e assegurar a obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou exclusão, por meio de instituições disciplinares – aqui entra a fábrica – que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a ‘razão’ da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do

pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados. O arquétipo da sociedade da disciplina é o panóptico de Bentham. Na concepção de Foucault (2001), o panóptico é o dispositivo do poder disciplinar exemplar, constituído como um sistema arquitetural de uma torre central e de um anel periférico, pelo qual a visibilidade e a separação dos submetidos permitem o funcionamento automático do poder, ou seja, a consciência da vigilância gera a desnecessidade objetiva de vigilância. O principal objetivo do panóptico é induzir, no vigiado, um sentimento permanente de estar sendo observado. Assim sendo, “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia, de modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas” (FOUCAULT, 2001: 167). Consegue-se, dessa forma, que o vigiado torne o mecanismo, princípio de sua própria sujeição. A sociedade industrial serve-se de mecanismos de vigilância hierárquica e de sanções normalizadoras que homogeneizam procedimentos e comportamentos – instaura-se um verdadeiro panóptico social. Espera-se de cada um, e de todos, determinado comportamento. Essa é a ‘jaula de ferro’ de que nos fala Sennett (2006), em alusão a Weber.

Nessa sociedade industrial interessa ao capital, sobretudo, o corpo do trabalhador naquilo que ele reúne de potência produtiva. Esse corpo torna-se um objeto governável, não por seu valor intrínseco, mas porque é o substrato da única coisa que verdadeiramente importa – a força de trabalho como produtora de riquezas, mercadorias. A sociedade disciplinar, para além de um controle sobre o sujeito produtivo, assume também um caráter mais amplo que redundava em um controle sobre a vida, um poder externo que submete a vida a padrões predeterminados. É nesse sentido que Foucault (1999) sofisticava o seu conceito de poder disciplinar e fala em biopoder – o poder sobre a vida. O biopoder “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível,

está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT: 1999: 289). O poder disciplinar e o biopoder reforçam-se mutuamente. O poder disciplinar exerce-se sobre os corpos individualizados, já o biopoder encontra-se disseminado e concentra-se no Estado que pretende controlar, administrar e determinar o corpo da população, o corpo social:

Por ‘disciplina’ entende-se uma forma de governo sobre os indivíduos ou dos indivíduos de maneira singular e repetitiva. Para atualizar a definição poderíamos dizer que é disciplina aquela que cobre, em uma época contemporânea, todo o tecido social por meio da taylorização do trabalho, as formas fordistas de solicitação para o controle e de controle salarial do consumo, até organizar-se nas formas macroeconômicas das políticas keynesianas. (...) Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder (NEGRI, 2003: 104-106).

Porém, o biopoder se estende, alarga-se e assume o caráter da sociedade de controle, que pode ser caracterizada por uma intensificação dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam “internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes” (HARDT, NEGRI, 2001: 42-43). A sociedade do controle assume um caráter difuso, já não tem mais necessariamente um centro irradiador que determina e estabelece padrões de conduta. A novidade é que aquilo que antes era prescrito por um poder normatizador, passa a ser assumido pelo conjunto da sociedade, é internalizado. Se na sociedade disciplinar, o modelo do panóptico é hegemônico e significa que todos estão sendo vigiados, na sociedade do controle esta vigilância torna-se difusa.

A sociedade disciplinar manifesta-se essencialmente a partir de referências institucionais claras: o quartel, a escola, a fábrica. A sociedade do controle, por sua vez, está em todos os lugares ao mesmo tempo. Na sociedade pós-industrial, o

poder sobre a vida, o biopoder é exercido não mais de cima para baixo, mas de baixo para cima. A sociedade do controle assume a expectativa de que os indivíduos internalizem atitudes, condutas e comportamentos. É com isso que o capital conta. Não é mais necessário prescrever condutas, normas, procedimentos de fora para dentro. Espera-se que o próprio indivíduo assuma para si, como responsabilidade individual, aquilo que anteriormente era imposto, que a disciplina seja incorporada de forma “espontânea”. A sociedade do controle diz respeito a uma transferência de responsabilidades. Exemplifiquemos: nas modernas fábricas da sociedade pós-industrial, o desenvolvimento da atividade laboral não é mais necessariamente imposto, sugere-se que seja auto-imposto. Não se tem mais o supervisor, espera-se agora que cada um controle o seu trabalho. O mesmo vale para o conceito de qualidade total: não é o outro que inspeciona o que produziu, mas a cada um é exigida a responsabilidade pela qualidade do que produz. Ainda mais: as empresas procuram fazer com que a sua missão seja internalizada individualmente pelos trabalhadores.

A sociedade do controle, porém, revela-se também como a transição do biopoder para a biopolítica. A biopolítica é uma resposta ao biopoder, àquilo que escapa à sociedade do controle, é a ideia de uma produção de poder a partir do poder que se exerce. A extensão dos biopoderes “abre uma resposta biopolítica da sociedade: não mais os poderes sobre a vida, mas potência da vida como resposta a esses poderes; em suma, isso abre à insurreição e à proliferação da liberdade, à produção de subjetividade e à invenção de novas formas de luta” (NEGRI, 2007). O próprio Foucault, a partir dos anos 1970, fala em revanche da resistência à sociedade do biopoder. Resistência como prática da liberdade, que acontece no interior das relações de poder e não fora dele e que, inversamente, as relações de poder nutrem-se da liberdade das pessoas.

O poder é uma ação sobre a ação das pessoas: ela é sempre segunda, reativa, reprodutiva. Ao contrário, a prática da liberdade – o que Foucault descreve como

uma produção de subjetividade, como uma invenção de si (unicamente de si, e de si com e através dos outros) – é ativa, produtiva, geradora, é uma criação (REVEL, 2006: 23).

Destaque-se, contudo, que o conceito de biopolítica apresenta uma complexidade hermenêutica. Segundo Virno (2002), o termo biopolítica foi introduzido por Foucault em alguns de seus cursos dos anos 70 no *Collège de France*. O conceito, utilizado por Foucault em uma conferência na Universidade da Bahia, em 1981, sustenta que “a descoberta da população, e ao mesmo tempo, a descoberta do indivíduo e do corpo manipulável apresentam-se como nó tecnológico específico ao redor do qual os processos políticos do Ocidente se transformaram. Nesse momento inventou-se também aquela que, em oposição à anatomopolítica [tecnologias de adestramento do indivíduo e do corpo], denomina-se biopolítica” (FOUCAULT *apud* NEGRI, 2003: 104). Originalmente, então, biopolítica é empregada como “ciência de polícia”, ou seja, a manutenção da ordem social. Aqui o conceito ainda guarda proximidade com o de biopoder. Mais tarde, é utilizado por Foucault como a representação de uma tecitura geral que concerne à relação total entre Estado e sociedade. Dessa aparente contradição, pergunta Negri (2003: 106) “precisamos pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes que derivam da atividade de governo, ou pelo contrário, na medida em que o poder investiu a vida, a vida também se torna um poder?”. Negri, a partir da (re)leitura de Deleuze do próprio Foucault, inclina-se a interpretar a biopolítica com um poder que se expressa pela própria vida, não somente no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, nos afetos, nos desejos da sexualidade, caracterizando, dessa forma, o lugar de emergência de uma espécie de antipoder, da produção de subjetividade. Tem-se aqui uma distinção entre biopoder e biopolítica: “Fala-se em biopoder quando o Estado expressa comando sobre a vida por meio de suas tecnologias e de seus dispositivos de poder. Contrariamente, fala-se em biopo-

lítica quando a análise crítica do comando é feita do ponto de vista das experiências de subjetivação e de liberdade, isto é de baixo” (NEGRI, 2003: 107). Ou ainda:

Denomina-se biopoder indentificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de biopolítica quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de saber. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou contexto biopolítico pensando no complexo de resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos de poder (NEGRI, 2003: 107-108).

Quando relacionado ao tema do trabalho, Negri e Hardt (2005: 135) afirmam que o “biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impõe a sua ordem. A produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho”. Virno (2002) considera que o dispositivo de saberes e poderes que Foucault chama biopolítica acha-se, sem dúvida, no modo de ser da força de trabalho:

A vida se coloca no centro da política quando o que é colocado em jogo é a imaterial (e, em si, não-presente) força de trabalho. Por isso, e só por isso, é lícito falar de “biopolítica”. O corpo vivente, do qual se ocupam os aparatos administrativos do Estado, é o signo tangível de uma potência ainda irrealizada, o simulacro do trabalho ainda não objetivado, ou como disse Marx numa expressão muito bela, do “trabalho como subjetividade”. Poderia se dizer que enquanto o dinheiro é o representante universal dos valores de troca, ou da trocabilidade mesma dos produtos, a vida faz as vezes, bem mais, da potência de produzir, da invisível *dynamis* (VIRNO, 2002: 92).

Algo semelhante afirma Gorz (2005), quando diz que trabalhar é produzir-se. Quando se pensa no trabalho na sociedade pós-fordista, e particularmente sob a hegemonia do trabalho imaterial, a força de trabalho já não é mais conduzida apenas pelo biopoder, mas se manifesta também

como biopolítica. Ao requerer o engajamento do trabalhador, o comprometimento da sua subjetividade, no processo produtivo e procurar colocá-lo sob sua dinâmica (biopoder), produz-se também a biopolítica, ou seja, a subjetividade

prescrita transforma-se também em produção de subjetividade. E, é essa subjetividade, produzida nas singularidades, que permite a produção do comum (*the common*), base da multidão, conteúdos que serão retomados na sequência.

## 3 Produção biopolítica

### 3.1 Trabalhadores híbridos

*É contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista –*  
Lazzaratto/Negri.

A sociedade industrial, taylorista-fordista, mobilizou massas enormes de trabalhadores e os empurrou para uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas simples e repetitivas. O operário fordista é duplamente massificado, pela reincidência diuturna a que é submetido num processo produtivo estandardizado e pela negação de suas características pessoais, subjetivas. A sociedade industrial cindiu o trabalhador, o seu todo corpóreo, mente e corpo, e reduziu-o a uma máquina produtiva. Na sociedade pós-industrial, assiste-se a uma transformação do sujeito na sua relação com o trabalho. Sob a hegemonia qualitativa do trabalho imaterial, tendo em sua base o conhecimento, a comunicação e a cooperação, emerge uma outra subjetividade, que ao mesmo tempo em que é requerida pelo capital, apresenta traços de certa autonomia. A produção cada vez mais se torna biopolítica. É na *bios* que o capital investe procurando ativar os recursos imateriais próprios de cada trabalhador, e são esses recursos disponibilizados ao capital, que exigem do trabalhador um permanente produzir de si. Tudo isso constitui subjetividade. Essa outra subjetividade ainda não está dada, delineada, conformada e definida. Poder-se-ia falar em uma subjetividade híbrida (NEGRI e HARDT, 2001), em que elementos do trabalho taylorista-fordista convivem com elementos do trabalho pós-fordista. O que se pode prever são algumas características, alguns elementos já evidentes dessa outra subjetividade, que diferem da do período anterior.

### 3.2 A subjetividade pós-fordista: a comunicação, o conhecimento e a cooperação

*Tudo muda quando o trabalho, tornando-se cada vez mais imaterial e cognitivo, já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado num tempo dado. De fato, no capitalismo cognitivo, a principal fonte do valor reside, agora, na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não no capital fixo e no trabalho de execução rotineira –* Vercellone.

O conceito força de trabalho é chave na sociologia do trabalho. Na literatura marxiana, associa-se à soma de todas as aptidões físicas e intelectuais existentes na corporalidade. Marx já atentava para o fato – e utiliza o conceito nessa perspectiva – de que a força de trabalho é mais do que dispêndio de energia física e envolve também as qualidades intelectuais. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho “entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985 – vol. I: 139). Porém, é sobretudo a exploração física mais do que a intelectual, o recurso utilizado no processo produtivo no período que sucede a Revolução Industrial. O capital industrial vale-se sobremodo da força física do trabalhador. O modelo fordista do trabalho é exemplar na demonstração da cisão do todo corpóreo do trabalhador, onde a inteligibilidade, a qualidade intelectual, é um recurso pouco aproveitado. É comum a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho de criação e o trabalho de consecução. É dessa divisão do trabalho que se tem a separação no processo produtivo da criação e da produção. Hoje, essa concepção de produção está sendo supera-



da. O conceito de força de trabalho, na sociedade pós-industrial, retoma a essência do seu significado, ou seja, a compreensão de que a força de trabalho é um todo corpóreo, reúne todas as faculdades, da força física à competência linguística. Na época pós-fordista, “a realidade da força de trabalho está plenamente à altura de seu conceito. Só hoje, isto é, a noção de força de trabalho não é redutível (como na época de Gramsci) a um conjunto de qualidades físicas, mecânicas, mas inclui em si, plenamente, a vida da mente” (VIRNO, 2002: 90).

Mais do que nunca, o capital procura reconciliar o que um dia foi separado, tornar único o todo do trabalhador, reunir as suas aptidões físicas com a sua “vida da mente” como diz Virno. A “vida da mente” é cada vez mais solicitada no envolvimento com o cotidiano do chão de fábrica. Demanda-se agora uma cooperação social ampliada, enriquecida e distinta daquela analisada por Marx e vista no capítulo I desta tese. A cooperação de que se fala é a cooperação subjetiva, hoje a principal força produtiva, pois “as ações do trabalho mostram uma pronunciada índole linguístico-comunicativa, implicando a exposição perante os demais. Diminui o caráter monológico do trabalho: a relação com os outros é um elemento originário, básico, de modo algum acessório” (VIRNO, 2002: 63).

É nessa perspectiva que o conceito formulado por Marx, de *general intellect*, pode ser retomado como o fundamento de uma cooperação social mais ampla que aquela especificamente do trabalho, e que diz respeito a um compartilhar de conhecimentos. O *general intellect* apresenta-se hoje, antes de tudo, “como comunicação, abstração, autorreflexão dos sujeitos viventes. Dito em outros termos: o intelecto público é um só com a cooperação, com o comportamento concertado

do trabalho vivo, com a competência comunicativa dos indivíduos” (VIRNO, 2002: 67). Nesse sentido, o *general intellect* requer um trabalhador virtuosístico, ou seja, um trabalhador político, porque uma importante parte de suas aptidões não se verte no sistema de máquinas, mas se manifesta na atividade direta do trabalho vivo, em sua cooperação linguística. O trabalho como automatismo instrumental, repetitivo e previsível deixa de sê-lo em sua nova configuração. Agora, o trabalho é ação, superando a dualidade exposta por Hannah Arendt (2002)<sup>14</sup>: “Na época pós-fordista, é o trabalho que adquire as feições da ação: imprevisibilidade, capacidade de começar tudo de novo, performances linguísticas, habilidade de industrializar-se entre possibilidades alternativas” (VIRNO, 2008: 119-120).

O conceito de Marx de *general intellect*, relido por Virno, aproxima-se do conceito de trabalho imaterial sugerido por Lazzarato e Negri (2001). Ambos dizem respeito ao conceito de cooperação subjetiva no trabalho. Os autores enfatizam a autonomia crescente na organização do trabalho, mesmo quando essa autonomia se limita a atingir objetivos pré-determinados. O trabalho apresenta-se como a combinação complexa de uma atividade intelectual de reflexão, de comunicação, de elaboração e de partilha dos saberes. No paradigma da produção imaterial “o próprio trabalho tende a produzir diretamente os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção” (NEGRI e HARDT, 2005: 195). O capital solicita constantemente que o que se aprende seja disponibilizado para o conjunto do sistema produtivo, isso inclui o repasse do saber não apenas para os outros trabalhadores, mas também para as máquinas, ou seja, as descobertas realizadas podem se agregar ao circuito produtivo e se inscrever na forma de novos programas (softwares).

<sup>14</sup> Uma das sistematizações mais reconhecidas para a compreensão da organização social do trabalho na sociedade antiga é a realizada por Arendt (2002), para quem os gregos diferenciavam as ações realizadas e englobadas pela *vita activa* – conjunto das atividades humanas – em três grandes grupos: o labor (necessidade), o trabalho (utilidade) e a ação (exteriorização). O labor e o trabalho são destituídos de autonomia e de liberdade porque não promovem relações sociais; a ação (*práxis*) é que permite a possibilidade de intervenção no espaço em que se vive com o objetivo de alterar esse mesmo espaço num lugar melhor para si e para os outros. A ação está vinculada ao exercício da capacidade de criar relações sociais, algo que nem o labor e o trabalho criam.

As empresas buscam uma ruptura com o estancamento das informações e procuram um sistema organizacional que se oriente pelo princípio da rede.

Isso significa afirmar que a prescrição da produção não é apenas formulada pelo capital mas, com efeito, o trabalhador interfere, interage e cria situações que se somam ao processo produtivo. Nesse sentido, o conhecimento, a comunicação e a cooperação, ou seja, a subjetividade trazida pelos trabalhadores torna-se também norma da produção, passa a ser constitutiva ao novo modo produtivo e tem a capacidade potencial, inclusive, de transformar a estrutura dominante do locus produtivo. Por um lado, a cooperação subjetiva dos trabalhadores configura novas práticas e estruturas de exploração; por outro, abre possibilidades de afirmação do sujeito do trabalho.

Esse (re)significado da força de trabalho, que demanda os recursos da comunicação, do conhecimento e da cooperação, assume um caráter revolucionário. Se por um lado, o capital vale-se desse engajamento e vê adicionado um enriquecimento não existente ao modo produtivo anterior, por outro, o ato de trabalhar também assume o caráter de uma produção de si ou mesmo de uma produção da subjetividade. Vale dizer que saímos da esfera da simples reprodução do capital e estamos diante da possibilidade da biopolítica – da produção da vida. O trabalho na sociedade pós-fordista não produz apenas mercadorias, não produz apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida.

### 3.3 A comunicação: a fábrica fala

*Trinta anos atrás, em muitas fábricas, havia cartazes que intimavam: 'Silêncio, trabalha-se!'. A principal novidade do pós-fordismo consiste em ter colocado a linguagem a trabalhar. Hoje, em algumas fábricas, podemos fixar dignamente cartazes invertidos aos de outros tempos: 'Aqui se trabalha. Fale!' – Virno.*

A ordem estimulada pelas fábricas é a de falar. Falar significa dialogar, participar, opinar, mani-

festar-se, posicionar-se diante do que o cerca, vê, sente e intui. O trabalho em equipe é um dos aspectos centrais do novo padrão organizacional. Nas unidades fabris da terceira Revolução Industrial fica evidente a organização do trabalho em ilhas de produção e/ou células dentro das quais estão as equipes de trabalho. Temos aqui, provavelmente, a distinção mais significativa quando relacionada ao trabalho fordista, cuja organização está assentada em postos individuais de trabalho com um mínimo de “cooperação e autonomia dos trabalhadores nos aspectos relativos à organização e melhoria da produção e do trabalho. Ao mesmo tempo, propõe um perfil de organização do trabalho que evite a formação de grupos, entendendo-se tal prática como desnecessária e supostamente menos produtiva” (MARX, R., 1997).

No modelo flexível de produção, o trabalho em equipe é central na forma de se organizar o trabalho. As funções de supervisão, controle de qualidade, organização do processo produtivo e as metas a serem atingidas, em boa parte são transferidas para as equipes de trabalho.

A constituição do trabalho em grupos semiautônomos é, a rigor, a modalidade de trabalho em equipe mais inovadora, em função do grau de autonomia operária no processo produtivo. O trabalho, nesses grupos, incorpora aspectos relativos à divisão horizontal do trabalho – divisão das operações entre os operários, por exemplo – e aspectos relativos à divisão vertical do trabalho, via influência nas funções de controle e supervisão e, acima de tudo, no ritmo de trabalho. A principal característica aqui é que “estes grupos não devem possuir tarefas fixas predeterminadas para cada componente e a supervisão não deve interferir na maneira pelo qual o grupo se auto-atribui as tarefas” (MARX, R., 1997:27).

No trabalho em grupo semiautônomo não há tarefas do tipo tempo imposto, cujo ritmo de trabalho é definido externamente como se fosse uma linha de montagem. Outro elemento importante, na caracterização dessa modalidade de organização do trabalho, diz respeito à redefinição de funções e à redivisão do trabalho. Aqui, o papel e a atribuição do antigo supervisor são revistos e

há emergência do grupo na discussão do cotidiano do processo produtivo, inclusive no que se refere à gestão de pessoal e aos critérios de desempenho. O que caracteriza, portanto, o trabalho em grupo semiautônomo é a atribuição de responsabilidades repassadas aos trabalhadores. As tarefas individuais são substituídas por processos ou conjunto de tarefas; o grupo, e não mais o indivíduo, é a unidade de organização

responsável pelo desempenho; as responsabilidades das equipes incluem não só o fazer com qualidade, como também o planejar e aperfeiçoar o como fazer; os níveis hierárquicos são mínimos e as diferenças de status entre trabalhadores também são pequenas; os controles e coordenação horizontal tornam-se atribuições de cada um da equipe e o conhecimento do processo produtivo, não mais o cargo, determina a influência de um indivíduo sobre os demais (...) há incentivo à participação de todos em comissões, grupos de trabalho ou seminários onde se discute processos produtivos ou administrativos (TENÓRIO, 2000: 186-187).

É preciso, porém, contextualizar os limites dos grupos de trabalho semiautônomos, para não se criar uma superestimação de suas potencialidades. Por mais paradoxal que possa ser, relacionado à afirmativa anterior, há alguns limites básicos à autonomia dos grupos que não têm poder para alterar projetos dos produtos ou suas especificações, pois eles estão submetidos a uma estrutura organizacional dada. Os trabalhadores não têm o poder de influir nas estratégias de produção da empresa. Essa autonomia acontece quando os trabalhadores encontram maior liberdade para opinar sobre o processo produtivo e, inclusive, pautar mudanças. É evidente que se trata ainda de uma autonomia circunscrita à lógica do capital, ou seja, visa acima de tudo o aumento da produtividade.

É inegável, porém, que no padrão organizacional – distinto do período anterior – percebe-se um incitamento a uma maior participação dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle da qualidade, ou seja, desenvolvem-se mecanismos que demandam uma inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção. Note-se que os trabalhadores têm consciência de que essa autonomia estimulada está vinculada ao

projeto da empresa, ou seja, de extrair dos próprios trabalhadores informações e conhecimentos para melhorar o desempenho produtivo.

O fato incontestável é que todo esse mecanismo de ativamento da participação dos trabalhadores exigirá que se tornem comunicantes. Ativa a fala, a habilidade linguística, a capacidade de reflexão, de análise, de argumentação, de coerência de raciocínio, de síntese, de oratória, de redação, de escutar, de se expor diante dos outros, seja para afirmar ou ocultar o que pensa o trabalhador. A comunicação exercida principalmente nas células e ilhas de produção, mas também junto às chefias, é um ‘jogo’ que exige habilidade comunicacional.

A comunicação faz-se sobretudo pela fala, mas não apenas, faz-se pela escrita e pelo corpo. O corpo também gesticula. Um determinado olhar na reunião do grupo, um retorcer-se na cadeira, um bocejo, podem sinalizar para a aprovação ou reprovação do que o colega diz, o consentimento ou o mal-estar. A comunicação enseja satisfação, mas também sofrimento. Os que trazem essa habilidade de fora, já exercida em outras atividades, lidam com essa exigência com mais naturalidade; os que ainda não possuem essa habilidade, sofrem, mas aprendem.

O aspecto novo aqui é que os trabalhadores reconhecem que esse jogo comunicacional, a que são exigidos e submetidos, torna-os mais sagazes, espertos, hábeis, desinibidos. E essas “qualidades” são levadas para fora da fábrica, para o convívio social, que também alimenta recursos linguísticos e habilidades que são levadas para dentro da fábrica. O capital, na sua lógica de explorar e arrancar dos trabalhadores aquilo que eles podem dar de melhor para o processo produtivo, acaba despertando potencialidades que se encontravam adormecidas nos próprios trabalhadores.

Essa dinâmica de comunicação intensa e permanente é bioprodução. É produção de vida, de subjetividade. A exploração do capital usurpada pela fala também se torna um recurso ativo na resistência, na afirmação do “eu” diante dos outros, na afirmação ou resistência das equipes perante as chefias.

### 3.4 O conhecimento: ‘roubado’ pelo capital, mas não controlado

*A força produtiva principal, o conhecimento, é um produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção da subjetividade’. O conhecimento é em grande parte ‘inteligência geral’, cultura comum, saber vivo e vivido – Gorz.*

O processo produtivo da sociedade pós-industrial vale-se sempre mais do conhecimento – de um trabalho imaterial. É por isso que se fala de “produção de conhecimento por conhecimentos”, o que traduz e denota a ideia de que se passa de um “regime de reprodução a um regime de inovação” (CORSANI, 2003). A demanda crescente por conhecimento, no processo produtivo, está associada sobretudo às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC). As novas máquinas ferramentas oportunizam sistemas flexíveis de produção que se utilizam da crescente fusão dos sistemas CAD (*Computer Aided Design* – Projeto Assistido por Computador) e CAM (*Computer Aided Manufacturing* – Fabricação Assistida por Computador) associadas às máquinas ferramentas com controle numérico computadorizado (CNC). O conceito CAD define-se como o processo de um projeto que se utiliza de técnicas computadorizadas e utiliza-se de softwares de apoio; por sua vez, o conceito CAM relaciona-se a todo e qualquer processo de fabricação controlado por computador. A tecnologia CAD/CAM diz respeito à integração dos dois sistemas num único processo, que permite a confecção virtual de determinado componente, uma peça, na tela do computador e sua simultânea transmissão às máquinas ferramentas com controle numérico computadorizado (CNC). A máquina CNC é o “cérebro” que move o processo de usinagem das peças e chega a substituir linhas inteiras de produção. As máquinas CNC definem o tempo de produção, a velocidade, a qualidade, a quantidade, e permitem flexibilidade no processo produtivo, como a rápida alteração das peças a serem produzidas. Do ponto de vista tecnológico, a novidade

para o chão de fábrica consiste em que os trabalhadores entendam essa linguagem digital. Aos operadores são exigidos procedimentos de permanente vigilância do sistema, para rápida intervenção quando algo sai diferente do programado. Se as máquinas manifestam problemas ou até mesmo interrompem a produção, a função do operador é identificar o mais rápido possível as causas e repará-las. O operador pode ainda interferir no processo produtivo interagindo com o software em aplicação, uma vez que as máquinas permitem automação programável. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário um profundo conhecimento do sistema.

Essas máquinas ferramentas informacionais requerem um operário qualificado, que se disponha a uma relação simbiótica, isto é, a procura incessante de uma simbiose entre o humano e a máquina. A novidade das novas máquinas informacionais é que elas estão programadas para serem aperfeiçoadas – o seu software é passível de reprogramação, de alteração. São máquinas flexíveis, contrárias às máquinas rígidas da sociedade industrial, onde a produção era organizada por módulos (tarefas, procedimentos, rotinas) enquanto “no capitalismo reticular (pós-fordista) que está emergindo, a complexidade é decomposta em módulo virtual (conhecimento, programas de simulação, virtual reality) recomposto mediante interação comunicativa” (RULLANI, 1998: 36).

As máquinas informacionais de hoje estão sempre receptivas a uma melhora produtiva, e o conhecimento acrescentado transforma-se em outras janelas que potencializam os acréscimos. Dessa forma, o operário é companheiro da máquina numa jornada infinita de potencialidades da melhora do seu desempenho produtivo. As Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (NTCI) estimulam a produção e a circulação de conhecimentos, mas também a sua acumulação “em uma escala potencialmente global e sem fronteiras, liberada de qualquer constrangimento temporal e espacial: a performance da ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo que

se apresenta como trabalho imediatamente cooperativo” (CORSANI, 2003: 22).

Ao mesmo tempo, tudo o que as máquinas fazem ou deixam de fazer deve ser rigorosamente descrito e relatado. Acompanha-as uma espécie de diário de bordo minucioso, detalhado, um registro memórico que permite saber do seu histórico e da sua performance produtiva. Esse conhecimento gerado, produzido, criado individualmente deve ser transmitido para os outros. O conhecimento individual é catalogado e coletivizado, de modo que se cria uma espécie de rede: “O conhecimento que se encontra num ponto da rede é também potencialmente acessível e utilizável em todos os outros pontos da rede. Uma rede que põe, portanto em comunicação que se desloca ao menos potencialmente, de um contexto a outro” (RULLANI, 1998: 53). O conhecimento vai se potencializando, agregando somatórias de conhecimento individuais que retornam ao coletivo e assim de forma recursiva processa-se ad infinitum. Tem-se aqui o fato de que a informação gerada desse modo,

assentada num trabalho cada vez mais coletivo, não pode ser conservada e, menos ainda, ser enriquecida se for apropriada privadamente (...) Enquanto o processo de troca de mercadorias assenta na circulação de valores de troca abstratos, a circulação de informações é, antes de mais nada um processo ‘vivo’ e ininterrupto (LOJKINE, 1999: 17-18).

O conhecimento agregado ao processo produtivo significa sempre um ganho maior para o capital. Porém, há uma novidade, o conhecimento apesar de roubado – na expressão dos trabalhadores – não é controlado. Trata-se de uma mercadoria diferente das outras. O fato de o operário repassar esse conhecimento para o capital não implica o esgotamento de sua utilidade ou sua degradação. Uma vez adquirido permanece sempre com o trabalhador.

Se por um lado, o capital rouba o conhecimento, por outro, não pode controlá-lo ou mesmo destituir o trabalhador dessa aquisição. Trata-se de um patrimônio, de um ganho também para o operário que o carregará sempre consigo. Essa constatação resulta em trabalhadores mais

confiantes, de elevada auto-estima, conscientes de sua capacidade, de sua posição-chave no processo produtivo, da dificuldade do capital em dispensá-lo. Por outro lado, esse ganho pode tornar o trabalhador presunçoso na relação com outros colegas de trabalho. Do “alto” do seu conhecimento, ele se diferencia dos demais, considera-se mais capaz. Embora sendo assalariado e estando junto no chão de fábrica, julga-se mais próximo às redes e circuitos de gerenciamento da empresa do que aos colegas que partilham o mesmo espaço de trabalho. Entretanto, assim como esse trabalhador pode ser cooptado para a lógica da empresa, pode também fortalecer uma outra dinâmica, aquela que transmite empoderamento para os seus colegas. Valendo-se do trabalho que realiza, reconhecido pelos outros como uma função importante dentro da empresa, esse trabalhador pode desempenhar um papel de liderança diante dos colegas. Respeitado pelos outros, pode ser ouvido, encaminhar demandas, reforçar laços de solidariedade.

O novo maquinismo [máquinas ferramentas informacionais] cria potencialidades contraditórias. Historicamente, o objetivo da introdução de tecnologias [máquinas] sempre foi o de aumentar a mais-valia, o lucro do capital e reduzir os gastos com o trabalho humano. O trabalho insere-se na dinâmica de servir o capital, porém as máquinas informacionais abrem possibilidades contraditórias: a de o operário servir-se do seu conhecimento acumulado não necessariamente para reforçar a lógica do capital, mas a dos trabalhadores. É uma potencialidade que ele carrega consigo. O conhecimento, portanto, pode se revelar também como bioprodução. Não apenas reproduz a lógica do capital, mas resulta também em uma produção da vida, porque é uma atividade criadora, e como “conhecimento em ação”, na expressão de Corsani (2003) – que se faz e refaz permanentemente – evolui com o uso subjetivo que se faz ou dele se pode fazer. Abrem-se assim possibilidades emancipatórias que não podem ser desconsideradas, pelo fato do conhecimento ser utilizado como forma de resistência, de interdição à exploração do capital. Pensa-se aqui, sobretudo, na dinâmica interna à fábrica.

### 3.5 A cooperação: a subjetividade como força produtiva e biopolítica

*A cooperação no trabalho não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absorver. Uma parte do trabalho consiste em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante da cooperação subjetiva – Virno.*

A cooperação no trabalho, compreendida como a realização de tarefas individuais que estão encadeadas a outras tarefas, é originária da sociedade industrial. Marx, ao descrever as corporações de ofício e a manufatura, afirma que “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, vol. I: 25).

No sistema de trabalho das corporações de ofício, cada trabalhador é responsável por todas as fases da produção da mercadoria que fabrica, e se verifica uma forte sinergia entre os que trabalham na oficina. Trata-se de um trabalho enriquecido no qual há um controle sobre todo o processo produtivo e, portanto, uma grande autonomia. Segundo Marx, o capital industrial – a grande fábrica – não irá extinguir por completo essa modalidade de trabalho, ao contrário, valer-se-á do sistema de cooperação das corporações de ofício para organizar o trabalho nas fábricas. Diferentemente, entretanto, das oficinas, prevalecerá a divisão parcelada do trabalho, situação em que cada trabalhador realiza apenas parte do produto final. No lugar do antigo artesão autônomo surge um trabalhador parcial, detalhista e unilateral, ligado a uma atividade simples e repetitiva. A sociedade industrial elevou ao máximo a parcelização do trabalho, descaracterizando a cooperação originária do sistema de trabalho pré-industrial. Nela, o sistema de cooperação no trabalho continua existindo, mas se trata de uma cooperação controlada pelo capital, mero efeito do capital so-

bre os assalariados, uma vez que a unidade do corpo produtivo situa-se fora deles, pois está “no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão dos seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1985 – vol. I: 263).

O trabalho parcelizado continua exigindo a cooperação entre os trabalhadores, mas uma cooperação em que eles não entram em relação entre si, mas antes de tudo, são incorporados ao capital. “Como cooperados, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital” (MARX, 1985 – vol. I: 264). Pode-se afirmar que, no sistema de trabalho da sociedade fordista, cada trabalhador produz mercadorias que não exigem uma cooperação enriquecida, o trabalho é autômato. Isso significa afirmar que uma cooperação subjetiva, aquilo que é próprio do trabalhador como enriquecimento individual no processo produtivo, é desconsiderado ou não requerido pelo capital.

Note-se, entretanto, que não há uma total ausência de subjetividade no trabalho taylorista-fordista. Os procedimentos que os trabalhadores introduzem na linha de montagem, para retardar o trabalho como forma de descanso, pequenas sabotagens, como habilidades adicionadas à máquina para que se produza com menos esforço, formas criativas de ludibriar o supervisor, pequenas descobertas no cotidiano que tornam o trabalho menos fadigoso, constituem subjetividade. Há inclusive procedimentos que melhoram a performance produtiva da fábrica: “Uma parte da eficácia da organização reside nessa atividade oculta, que contradiz a racionalidade autoproclamada do taylorismo” (LINHART, 2007: 71), uma vez que os supervisores conhecem os truques, manhas, paliativos, procedimentos inventados e utilizados diariamente pelos operários, e é neles que se baseia o bom funcionamento. O fato é que essa cooperação subjetiva no trabalho taylorista-fordista não é requerida e, em muitos casos, é tolerada e bem-vinda, mas não é constitutiva à

forma de organizar o trabalho. Nesse caso, não se pede um engajamento da cooperação subjetiva, ou seja, daquilo que pertence ao trabalhador, das suas qualidades e virtuosos.

No pós-fordismo, a cooperação assume outra condição. Requer-se uma cooperação subjetiva, ou seja, que o trabalhador externalize, no processo produtivo, os seus recursos, o seu conhecimento, o seu saber, as suas habilidades individuais, o que também, no jargão administrativo, é chamado de competências (ZARIFIAN: 2001). Contrário ao trabalho taylorista-fordista, a habilidade do trabalhador é estimulada a se tornar transparente e não mais oculta. Um recurso da empresa capitalista sempre foi o apropriar-se, o roubo da informação operária, isto é,

quando os trabalhadores buscavam o modo de cumprir o trabalho com menos fadiga, fazendo uma pausa, etc., a hierarquia empresarial explorava esta mínima conquista, inclusive cognitiva, para modificar a organização do trabalho. Segundo parece-me, há sim mudanças relevantes quanto às tarefas do trabalhador ou do empregado, essa consiste, em boa medida, em achar recursos, ‘truques’, soluções que melhorem a organização do trabalho. Neste último caso, a informação operária não é utilizada às escondidas, mas sim que é explicitamente requerida, e inclusive constitui um dos deveres do trabalho (VIRNO, 2002: 63).

Estamos diante de uma mudança significativa. Agora se pede ao trabalhador que se disponha a inventar e a produzir novos procedimentos cooperativos, que colabore, que se explicita, apresente ideias, identifique problemas e sugira soluções. Há uma política deliberada de motivação. Cada vez mais o desempenho individual e grupal repousa sobre uma implicação subjetiva, chamada também de motivação, no jargão administrativo, gerencial: “O modo de realizar tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao ‘se dar’ à sua tarefa” (GORZ, 2005: 18). As empresas adotaram uma cruzada contra o caráter monológico do trabalho. O que antes era ocultado agora precisa vir à superfície, o que não era valorizado, enquanto ação individual ou grupal para melhorar o processo produtivo,

torna-se central na nova forma de organizar o trabalho. Ao lado da prescrição objetiva do trabalho, das tarefas racionalizadas e impostas, adota-se a prescrição subjetiva. O plus do trabalhador é considerado central no novo modo produtivo e essencial na organização da força de trabalho. O modo produtivo pós-industrial requer o engajamento do trabalhador, que ele hipoteque sua subjetividade no trabalho. Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas a sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida, e a ela dedique o melhor de suas energias físicas e intelectuais. Requer-se um trabalhador que se transforme em um colaborador, que se dispa da sua primariedade de mão-de-obra servil e sinta-se sócio. Há uma busca pelo consentimento e um comprometer-se com o processo. Essa nova modalidade de trabalho representa uma profunda ruptura de condutas e práticas operárias na fábrica, uma transformação radical dos sistemas de valores e de atitudes.

O trabalho, anteriormente assentado em bases produtivas pouco flexíveis, não exigia participação ativa da força de trabalho e, agora, a partir da mudança de base técnica no processo produtivo, ao se requerer maior flexibilidade, abre-se espaço para uma autonomia relativa. Essa autonomia, na perspectiva do capital, tem sempre uma direção: o aumento da produtividade. O taylorismo resolvia o problema do aumento da produtividade com uma severa prescrição das atividades laborais – a *one best way* era a obsessão do capital. Agora que os trabalhadores gozam de uma relativa autonomia, é preciso encontrar meios para que a sua eficiência não signifique uma “inação ou dispersão” do capital, donde

a necessidade de agir sobre sua subjetividade, de moldá-la, talhá-la de maneira que os trabalhadores aceitem utilizar a si próprios da maneira mais eficiente nesse espírito taylorista de economia dos custos e de máxima rentabilização da força de trabalho. Assim é que os patrões falam em gestão dos afetos, das emoções, sendo o desafio o de controlar a dimensão subjetiva dos trabalhadores dos quais eles dependem ainda mais do que outrora (LINHART, 2006: 09).

A aquisição das capacidades intelectual, afetiva e volitiva do trabalhador torna-se importante para o capital. Ao menos esse é o discurso do mundo do capital endereçado ao mundo do trabalho. O capital descobriu o trabalhador e pede a ele que

se engaje em uma cruzada pela produtividade, que se solidarize com outros assalariados, qualquer que seja a sua função hierárquica, que se insira em uma rede de informações em que cada um dá sua contribuição pessoal, e que seja totalmente confiável, pois questões importantes dependem da conformação de seu comportamento. Daí a pertinência de uma moral que substitui uma disciplina obrigatória e repressiva e que simboliza uma participação consensual dos assalariados nas atividades das empresas (LINHART, 2007: 74).

Já não há dúvidas de que o capital mudou o seu discurso e a sua prática em relação ao trabalho. Embora essa situação não seja hegemônica, configura-se como uma tendência que avança em quase todos os setores produtivos. As agências de Recursos Humanos, as empresas de consultorias do mercado de trabalho, as organizações especializadas em coaching, insistem em um aspecto: o mundo do trabalho mudou e, invariavelmente, as demandas que os especialistas sugerem para um trabalhador são que o mesmo se disponha a ser polivalente, multifuncional, criativo, ousado, dinâmico, inventivo, tenha iniciativa e autonomia mas, ao mesmo tempo, saiba trabalhar em equipe, incorpore a filosofia da empresa, tenha equilíbrio emocional.

Essa nova configuração do chão de fábrica, tendo como referência a mobilização da subjetividade promovida pelo capital, com todas as contradições expostas, permite a afirmação de que estamos embrionariamente assistindo à formação e manifestação de uma outra subjetividade. Cada vez mais o capital investe na vida, no bios produtivo em seu conjunto. É no conceito da biopolítica que se encontra uma chave de leitura para a compreensão desses aspectos subjetivos inovadores no indivíduo, na singularidade, enquanto sujeitos do trabalho, mas também no conjunto, no sujeito do trabalho.

### 3.6 A subjetividade que se faz multidão

*A riqueza que o trabalho imaterial cria é tomada, e é esta a fonte do seu antagonismo. Mas ele preserva a sua capacidade de produzir riqueza, e esta é a sua força. Nessa combinação de antagonismo e força repousa o germe de uma subjetividade revolucionária – Negri/Hardt.*

O capital sempre esteve voltado para a produção, a reprodução e o controle da vida social. A sociedade industrial manifesta-se como sociedade da disciplina e do biopoder. Às técnicas de disciplinamento no local de trabalho juntam-se tecnologias e dispositivos de poder que se encontram disseminadas nas instituições. Agora, a essência do capital produtivo da sociedade pós-industrial vale-se cada vez menos de um controle sobre os corpos e as vidas e, ao contrário, investe nas vidas e nos corpos como capacidades produtivas singulares. Investe não mais necessariamente para subordiná-los, adestrá-los e controlá-los, mas para ativar sua cooperação subjetiva. Desde sempre o corpo do trabalhador foi uma mercadoria. Nos *Grundrisse*, Marx escreve que

o valor de uso que o trabalhador há de oferecer [no intercâmbio com o capitalista] não se materializa em um produto, não existe fora dele, não existe realmente mais que caminho possível, isto é, como sua capacidade. Vê-se o ponto decisivo: ali onde se vende algo que existe só como possibilidade, este algo não é separável da pessoa vivente do vendedor. O corpo vivo do trabalhador é o substrato daquela força de trabalho que, em si, não tem existência independente. A ‘vida’, o puro e simples *bios*, adquire uma importância específica enquanto tabernáculo da *dynamis*, da simples potência (VIRNO, 2002: 91).

Ao capital da sociedade industrial interessa, sobretudo, a mercadoria do corpo como potência produtiva naquilo que ele subsume de força física. Entretanto, ao capital da sociedade pós-industrial interessa a mercadoria do corpo não apenas como unidade biológica, mas como corporalidade social, ou seja, aquilo que ele reúne em si, como parte integrante de uma capacidade produ-



tiva maior, que se reúne no *intellect generall* – o cérebro social. São o conhecimento, a competência linguística, a cooperação singular que agregam valor ao processo produtivo. O valor do trabalho, na sociedade pós-industrial, apresenta-se de forma biopolítica, no sentido de que “viver e produzir tornaram-se uma só coisa, e o tempo de vida e o da produção se hibridaram sempre mais” (NEGRI, 2003: 263). Avançando nesse campo de análise, pode-se compreender “o trabalho não simplesmente do ponto de vista da atividade produtiva (e, portanto econômica), mas integrando-a com motivos afetivos, comunicacionais, vitais, em suma, ontológicos” (NEGRI, 2003: 224). O ponto central, segundo Negri, é definir a cooperação. Segundo ele, a cooperação linguística, tal como diz Virno (2002), é o modelo da produção pós-moderna – modelo não só pelo fato de que as máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, emergem formas sempre originais de cooperação entre os indivíduos: “Não, nos encontramos, portanto, diante de indivíduos, mas diante de singularidades que cooperam” (NEGRI, 2003: 226).

A produção apresenta-se cada vez mais como a sinergia da multiplicidade de singularidades, ou seja, é a contribuição de cada um, a partir de sua cooperação subjetiva, que permite o conjunto da produtividade. O acréscimo que cada um dá ao processo produtivo “representa a face qualificadora – valorativa – do processo laboral produtivo” (NEGRI, 2003: 256). O que se quer destacar aqui é que, no chão de fábrica do capital pós-fordista, a forma de organizar a produção apresenta elementos que podem identificar um novo conteúdo à organização da classe, e esse conteúdo é o comum, isto é, a multiplicidade de atividades sempre mais cooperativas dentro do processo de produção: “O aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é aqui a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no comum” (HARDT e NEGRI, 2005: 195). O comum seria então, aquilo que pode ser identificado em cada trabalhador, mas também no conjunto deles, aquilo que é partilhado,

na realidade, é menos descoberto do que produzido... Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Essa produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes de trabalho. Em outras palavras, o próprio trabalho, através das transformações da economia, tende a criar redes de cooperação e comunicação e a funcionar dentro delas (HARDT, NEGRI, 2005: 13-14).

Os autores designam esse novo modelo dominante de produção como “produção biopolítica”, para enfatizar que não só envolve a produção de bens materiais em sentido estritamente econômico como também “afeta e produz todas as facetas da vida social, sejam econômicas, culturais ou políticas” (HARDT, NEGRI, 2005: 15). Explicitando melhor: o processo produtivo da fábrica pós-fordista, com todas as contradições que encerra, vale-se de uma tendência de exploração das potencialidades singulares dos trabalhadores, a capacidade cognitiva, colaborativa e relacional é ativada na produção através de arranjos institucionais (reuniões, grupos de discussão, troca de informações) e arranjos produtivos (máquinas que demandam atualização e acréscimos nos *softwares*). Esses mecanismos de ativação das singularidades têm uma lógica, o aumento da produtividade. É nesse sentido que se pode falar que os trabalhadores são individualizados e o *plus* que cada um disponibiliza, somado aos dos outros, cria uma base comum produtiva. É esse comum que é explorado pelo capital, que se manifesta como “expropriação por parte do capital do excedente expressivo e da cooperação do trabalho vivo” (NEGRI, 2003: 256). Esse mesmo comum, entretanto, acionado pelo capital, pode ser a base de outra lógica: o comum não apenas fundamento do capital, mas como sustentáculo de um projeto de emancipação dos trabalhadores naquilo que diz respeito aos seus interesses.

A forma de organizar o trabalho, na sociedade pós-industrial/pós-fordista, traz dentro de si o antagonismo que pode fundar as novas lutas sociais. O trabalhador pós-fordista, ao entrar no

processo de produção, não se apresenta apenas como possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida – ou seja, capacidades predeterminadas impostas pelo empregador –, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir. A produção de capital é hoje em dia também produção da vida social. Na medida em que o capital instiga o trabalhador a disponibilizar todos os seus recursos (linguísticos, de comunicação, de interação, de cooperação) com o objetivo de subordiná-los à sua lógica, tem-se também um processo inverso. Esses mesmos recursos servem aos trabalhadores para o seu crescimento pessoal e para o enriquecimento de suas relações sociais, logo, assim como servem ao capital, criam mecanismos de resistência a ele.

O aspecto central do paradigma da produção imaterial que precisamos apreender é aqui a sua relação íntima com a cooperação, a colaboração e a comunicação – em suma, sua fundamentação no comum. (...) No paradigma da produção imaterial o próprio trabalho tende a produzir diretamente os meios de interação, comunicação e cooperação para a produção. (...) Na produção imaterial a criação de cooperação tornou-se um elemento interno do trabalho, e portanto externo ao capital (HARDT e NEGRI, 2005: 195).

O *comum* é a base da *multidão*. É a multiplicidade de subjetividades que dá conteúdo à multidão: “A multidão é composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente” (HARDT, NEGRI, 2005: 139). A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum, “é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT, NEGRI, 2005: 140). Embora se mantenha múltipla e internamente diferente, a multidão é capaz de agir em comum. É nesse sentido que os autores defendem a ideia de que “a multidão é um conceito de classe” (HARDT, NEGRI, 2005: 143). Trabalhadores e capitalistas chocam-se na produção social, “por-

que os trabalhadores [a multidão] representam o comum [a cooperação], enquanto os capitalistas [o poder] representam as múltiplas – mas sempre ferozes – vias da apropriação privada” (NEGRI, 2003: 267).

A questão de fundo proposta por Negri (2003: 213) é “como transformar, portanto, êxodo e autovalorização do trabalho imaterial em uma nova luta de classe, em desejo organizado de apropriação da riqueza social e de libertação da subjetividade?”. Segundo ele, Marx era ligado a uma fenomenologia manufatureira de trabalho industrial. Conseqüentemente, surgia uma concepção fundamental auto-administrativa do partido e ditadura social do proletariado e neste contexto, “a relação entre composição técnica do proletariado e, estratégia política chama-se ‘Comum’ ou ‘Partido Comunista’ – e são a ‘comuna’ ou o ‘Partido’ que realizam o reconhecimento do real e propõem uma plena circulação entre estratégia política (subversiva) e organização (biopolítica) das massas” (NEGRI 2003: 213). Nessa perspectiva, o partido é o motor de produção de subjetividade e se torna o instrumento na produção de subjetividade subversiva, incitando o sujeito coletivo. A formulação que propõe é:

qual é a produção de subjetividade para a tomada de poder, hoje, por parte do proletariado imaterial? Dito em outras palavras, o discurso pode ser assim formulado: se, hoje, o contexto da produção é constituído pela cooperação social do trabalho imaterial, e tudo isso chamamos *General Intellect* –, como será possível construir o corpo subversivo [biopolítico] do intelecto geral? (NEGRI, 2003: 213-214).

Em sua opinião, o sujeito revolucionário, hoje, deve basear-se em outro esquema: não se coloca mais como preliminar um eixo industrial e/ou de desenvolvimento da economia, “mas através daquela multidão na qual se configura a intelectualidade de massa [*general intellect*], irá propor o programa de uma cidade libertada na qual a indústria se dobre às urgências da vida, a sociedade se dobre à ciência, o trabalho se dobre à multidão. A decisão constituinte torna-se, aqui, democracia de uma multidão” (NEGRI, 2003: 220). Cabe destacar que, para Negri e Hardt (2001-2005), o

conceito de multidão é amplo e não se restringe aos trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho. Segundo eles, deve-se distinguir a multidão da classe operária. O conceito classe trabalhadora passou a ser usado como um conceito exclusivo, não apenas distinguindo os trabalhadores dos proprietários dos meios de produção – aqueles que não precisam trabalhar para se sustentar – mas também separando a classe operária dos outros que trabalham. Em sua utilização “mais estrita, o conceito é empregado para se referir apenas a trabalhadores industriais, distinguindo-os dos trabalhadores da agricultura, do setor de serviços e de outros setores; em seu sentido mais amplo, a expressão classe operária refere-se a todos os trabalhadores assalariados, diferenciando-os dos pobres que prestam serviços domésticos sem remuneração e de todos os demais que não recebem salário” (HARDT, NEGRI, 2005: 13). Porém, o conceito de multidão repousa na tese de que entre as diferentes formas de trabalho, não existe uma prevalência política:

todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. Podemos encarar essa realidade como uma igualdade de oportunidades de resistência. Isto não significa, queremos deixar bem claro, que o trabalho industrial ou a classe operária não sejam importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes do trabalho no interior da multidão. Em contraste com as exclusões que caracterizam o conceito de classe operária, assim, a multidão é um conceito aberto e expansivo. A multidão confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital (HARDT, NEGRI, 2005: 147-148)

A pista para a compreensão dessa outra subjetividade faz-se a partir do conceito foucaultiano da biopolítica, ou seja, é cada vez mais na vida de cada indivíduo que devem ser procuradas as razões e os antagonismos da alienação e da subversão, da conformidade e da contestação sociais. A biopolítica é a subjetivação que está na base da multidão, que se forma e ganha consistência a partir da união da multiplicidade das singularidades postas em redes de relações.

## Conclusão

*Hoje precisamos de uma nova Einleitung<sup>15</sup>, porque a essência do capitalismo está radicalmente modificada – Negri.*

Os últimos anos do século XX imprimiram uma nova configuração à sociedade do trabalho. Assiste-se a mudanças profundas que alteram significativamente o modo produtivo e desorganizam o mundo do trabalho que se conhece. No epicentro do deslocamento, encontra-se a emergência da economia do imaterial e do trabalho imaterial. Essas características estão modificando o modo produtivo e, mais do que isso, a relação do trabalhador com o seu trabalho.

Há elementos suficientes para a afirmação de que estamos transitando da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Há paradigmas, que por longos períodos, definem o modo de pensar, as estruturas de conhecimento, a conformação de categorias explicativas que auxiliam na compreensão de uma representação da sociedade. O prefixo ‘pós’ [pós-industrial] remete para o fato de que as categorias que organizam a representação do paradigma da sociedade industrial já não dão conta de interpretar a chegada de outro modelo, ou seja, está-se diante de fatos novos. Agora, no novo paradigma, tendo presente a hegemonia do trabalho imaterial, ao menos qualitativamente, muda-se a forma do sujeito do trabalho se relacionar com o mesmo e altera-se o padrão de exploração.

O capital investe sobre a vida do trabalhador, mobiliza-o em sua totalidade física e intelectual, exige, no processo produtivo, o aporte de recursos imateriais como o conhecimento, a comunicação e a cooperação. Por isso, fala-se que a produção imaterial é biopolítica, ou seja, é resultante

de uma produção de si ou de uma produção da subjetividade, isto é, o trabalhador não se apresenta apenas como o possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida, mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir. O caráter da exploração também muda porque é, sobretudo, o intelecto, o saber operário, que se torna o excedente apropriado pelo capital – a expropriação não se dá mais pelo tempo de trabalho individual ou coletivo, e sim pela captura do valor que é produzido pelos recursos imateriais, o que se torna cada vez mais comum através de sua circulação no processo produtivo.

Porém, assim como o capital procura apropriar-se desse excedente, o mesmo pode ser a base da resistência do sujeito do trabalho. Os recursos imateriais que cada trabalhador possui e que são ativados pelo capital para o *plus* produtivo é o *comum* que pode ser o conteúdo de um projeto coletivo renovado de resistência e luta social. É na imaterialidade do trabalho que se constitui cada vez mais o *intellect generall* – base do *comum*, e produtor de uma subjetividade que se recompõe não mais como classe, mas como *multidão*, ou seja, um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A subjetividade, enquanto aspiração de emancipação do sujeito do trabalho, que se manifesta como classe na sociedade industrial, é *multidão* na sociedade pós-industrial.

Identifica-se na produção biopolítica – de um capital que investe na vida, no corpo físico e intelectual do trabalhador – as possibilidades de uma

<sup>15</sup> Referência ao texto de introdução dos *Grundrisse* (1857) em que Marx expõe o seu método de trabalho, no qual descreve que a teoria social deve ser modelada segundo os contornos da realidade social abordada.

subjetividade que pode recolocar a luta social em outro patamar. A classe, no caso, transforma-se em multidão, porque a possibilidade de superação e oposição ao capital far-se-á cada vez mais pela capacidade dos trabalhadores tornarem comum – num projeto coletivo – os recursos imateriais que hoje são apropriados e/ou expropriados pelos donos do capital. Aqui reside um potencial enorme de alargamento de uma subjetividade emancipatória.

É recorrente na sociologia do trabalho uma interpretação que enxerga nas mudanças do capitalismo, em sua versão neoliberal, um recobrar da exploração que se aproxima daquela praticada logo após a Revolução Industrial. A pertinência dessa análise se encontra no fato de que se assiste a um ataque agressivo do capital ao trabalho que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. Estar-se-ia diante de uma vingança do capital após a conquista do Estado de Bem-Estar Social. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que define as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho se fazem sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se veem enfraquecidos, vide os sindicatos. Dessa forma, poder-se-ia interpretar que se assiste a uma involução das forças do trabalho, ou até mesmo que esta se tornou refém do capital e se encontra derrotada e sem forças de reação. O problema dessa análise reside no fato de que costumeiramente se utiliza as categorias da sociedade industrial como critério comparativo às lutas que se desenvolvem hoje, ou seja, desejar-se-ia uma retomada do movimento operário tendo como referência o que um dia ele já foi e não voltará a ser. A impossibilidade de que o sujeito do trabalho se manifeste em similitude ao que um dia ele já foi se deve ao fato de que a realidade do trabalho mudou radicalmente. Esse fato não significa absolutamente que ações coletivas deixarão de existir, e que as greves, as insurreições e os motins contra a exploração do capital cessarão.

O que se defende no texto é que o processo de radical mudança verificado no modo produtivo em sua versão tecnológica e organizacional, somado à crescente individualização e singularização do sujeito do trabalho, exige uma nova *enleitung*, como afirma Negri (2003) numa referência a Marx. Interpretar o mundo do trabalho de hoje com o “olhar” das categorias da sociedade industrial é insuficiente para se dar conta do novo. Dois séculos de Revolução Industrial possibilitaram que se compusesse uma subjetividade do sujeito do trabalho que desaguou na constituição da classe operária e em determinadas formas de luta.

Agora, acredita-se que as mutações do capital levarão a classe a uma outra configuração e a um outro patamar de lutas, nem melhor, nem pior, apenas diferente. Defende-se que a classe assumirá a identidade de multidão compreendida com a junção das singularidades. O capital investe cada vez mais no indivíduo e não no coletivo, investe na crescente individualização do trabalho, explora as capacidades cognitivas de cada um, e o singular assume o caráter do diferencial nos ganhos de produtividade. Por isso se afirma que o capital investe na *bios* do trabalhador e, também por isso, se afirma que a resposta à dominação pode ser biopolítica – as mesmas capacidades ativadas pelo capital podem voltar-se contra ele. A possibilidade do singular, daquilo que é de cada trabalhador, somar-se à singularidade do outro trabalhador, está no *comum*. Há elementos da singularidade que são comum e o *the commun* é a argamassa da *multidão*, daquilo que um dia foi a classe. No sentido da revolta contra o capital, classe e multidão possuem o mesmo significado e não se opõem, ao contrário do que muitos pensam. A produção do comum, da potencialidade da multidão, pode ser encontrada numa subjetividade em metamorfose.

Procurar as premissas daquilo que constitui a identidade, a consciência e as potencialidades da ação coletiva dos trabalhadores no mundo do trabalho de hoje através das categorias da sociedade fordista leva a incorreções analíticas, como a interpretação de que se está diante de uma involução das forças do trabalho. Uma leitura aparen-

te, superficial da realidade do trabalho remete a essa conclusão, porém, trata-se de desvelar os elementos que não estão na superfície, mas que se encontram adormecidos e que a qualquer momento podem vir à tona. O que se procurou demonstrar aqui é que a evolução das forças produtivas ao longo da história da humanidade e as ideologias subjacentes a distintos períodos históricos produziram no sujeito do trabalho uma subjetividade que se manifesta como assujeita-

mento, mas que ao mesmo tempo, contém elementos de resistência e emancipação. Nesse momento não é diferente, porém o que se quer destacar é que as lutas necessariamente não se farão e não se manifestarão da mesma forma.

Em síntese, o texto é um modesto esforço que se soma ao de outros pesquisadores que procura olhar os fatos novos que estão acontecendo na realidade do trabalho, mesmo que não sejam tão evidentes e perceptíveis.

## Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Silvia Maria de. Ação coletiva: equívocos interpretativos. *INTERTHESIS*, Revista Internacional Interdisciplinar INTER thesis, Florianópolis, vol. 3, n. 1, p. 1-8, jan.-jun. 2006. (Acesso: [www.interthesis.cfh.ufsc.br](http://www.interthesis.cfh.ufsc.br)).
- \_\_\_\_\_. (org). *Trabalho e capital em trânsito*. A indústria automobilística no Brasil. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2002.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- COCCO, Giuseppe. Já saímos da sociedade salarial. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 23-29.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. DP&A editora: Rio de Janeiro, 2001.
- COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Edit. da UFRJ/Revan, 1994.
- CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 15-32.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. A Reforma e o Trabalho. *Revista Proposta*, São Paulo, p. 4-6, 1999.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Coleção Pensadores – Abril Cultural, 1983.
- FLEURY, Afonso Carlos; VARGAS, Nilton (Orgs.). *Organização do Trabalho*, São Paulo: Ed. Atlas, 1993.
- FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade: minha vida e minha obra*, São Paulo: Ed. Freitas Bastos, 1964.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 24ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GOFF, Jacques Le. *A Bolsa e a vida*. A usura na Idade Média. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- GORZ, André. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Misérias do Presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Trabalho. Crítica da Razão Econômica*. Annablume, 2003.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GUYADER, Alain Le. Claude-Henri de Saint-Simon: nascimento do intelectual orgânico da sociedade industrial. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 137-166.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – v.4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1999.
- HELOANI, Roberto. *Organização do Trabalho e Administração*, 3º Ed., São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- HIRATA, Helena. *Sobre o 'modelo' japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- JAPPE, Anselm. *As Aventuras da mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2006.
- JOLLIVET, Pascal. NTCI e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 83-107.
- KATZ, Cláudio., BRAGA., Ruy, COGGIOLA, Osvaldo. *Novas Tecnologias*, São Paulo: Xamã Editora, 1995.
- LANGER, André. *Pelo Êxodo da Sociedade Salarial. A Evolução do Conceito de Trabalho em André Gorz*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2003.

- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.
- LEITE, Márcia Paula. *O Futuro do Trabalho*. São Paulo: Ed. Scritta, 1994.
- LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. As empresas e o engajamento total dos empregados. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano 5, n. 177, 2006.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza Martins. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa. In *Educação e pesquisa*: São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MARX, Karl. *O Capital* – vol. I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital* – vol. II, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultura, 1985a.
- \_\_\_\_\_. *O Capital* – vol. III, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Miséria da filosofia*. São Paulo, Coleção Bases: Global Editora, 1985b.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MARX, Roberto. *Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos*. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.
- MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Editora Esfera, 1994.
- MÉDA, Dominique. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 3ª Ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1999.
- MONOD, Jean-Claude. A secularização da secularização. Possibilidades e limites da autonomia. In: *Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?*: Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo, 21-24/05/2007. Texto fotocopiado.
- MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 33-61.
- \_\_\_\_\_. A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p. 13-15.
- MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e “vocação” – O conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 234-274.
- NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. (2007). Une contribution sur Foucault. Disponível: <http://seminaire.samizdat.net/Une-contribution-sur-Foucault.html> Acessado em: 04-04-2008.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Multidão*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2005.
- NOVICK, Marta; BARTOLOMÉ, Mara; BUCETA, Mariana; MIRAVALLES, Martina; GONZÁLES, Cecilia Senén. *Nuevos puestos de trabajo y competencias laborales*. Montevideo: Cinterfor, 1998.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. São Paulo: Ed. Campus, 2000.
- REVEL, Judith. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria. In: Michel Foucault – 80 anos. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VI, n. 203, 2006, p.20-27.
- REY, Fernando González. *Epistemologia qualitativa y subjetividad*. São Paulo: Educ, 1997.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Fim dos Empregos*. O Declínio Inevitável dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho, São Paulo: Ed. Makron Books, 1996.
- ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ROSA, Maria Inês. *Trabalho, Subjetividade e Poder*. São Paulo: Edusp, 1994.
- ROSDOLSKI, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. *Il postfordismo*. Milão: Etaslibri, 1998.
- RULLANI, Enzo. Dal fordismo realizzato ao postfordismo possibile: la difficile transizione. In: RULLANI, Enzo; ROMANO, Luca. *Il postfordismo*. Milão: Etaslibri, 1998, p. 02-80.
- SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 37-64.
- SALERNO, Mario Sergio. *Projeto de Organizações Integradas e Flexíveis*. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.



- SANSON, Cesar. *O Feitiço da Organização. Novas Relações de Trabalho. Um estudo de caso*. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2002.
- \_\_\_\_\_. Características da Sociedade Industrial *versus* Sociedade Pós-Industrial (Quadro comparativo). In: *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2009.
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Ed. Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo – Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SESSI, L'Immatériel, au coeur de la stratégie des entreprises, *Le-i pages des statistiques industrielles*, n. 217, maio 2006.
- SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Curitiba: Hemus, 2001.
- SPURK, Jan. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 189-212.
- TENÓRIO, Fernando. *Flexibilização Organizacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 6ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Um novo paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VERCELLONE, Carlo. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano IV, n. 161, 2005, p.17-21.
- \_\_\_\_\_. É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem industrial ao capitalismo cognitivo. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VII, n. 216, 2007, p.17-21.
- VIRNO, Paolo. *Grammaire de la multitude*. Québec: Conjectures & l'éclat, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Virtuosismo e revolução*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso. *IHU ON-LINE*, São Leopoldo, 2005, ano IV, n. 161, p. 4-10.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WILLAIME, Jean-Paul. As reformas e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p. 63-87.
- ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo Competência*. Por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

# Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*  
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*  
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*  
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*  
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*  
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*  
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*  
Prof. Dr. Atílio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*  
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*  
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*  
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*  
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*  
Lauro Antônio Lacerda d'Avila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*  
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*  
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*  
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*  
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelbo de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*  
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*  
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*  
Jorge Euzébio Assumpção  
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)

- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*  
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*  
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*  
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*  
Célia Maria Teixeira Severo
- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*  
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*  
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*  
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodescendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*  
Adevanir Aparecida Pinheiro; Letícia Pereira Maria & José Ivo Follmann  
*Memórias de uma São Leopoldo negra*  
Adevanir Aparecida Pinheiro & Letícia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*  
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirléi de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)



**Cesar Sanson** é natural de Curitiba/PR. Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUCPR), especialização em Economia do Trabalho pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e mestrado na área da Sociologia do Trabalho pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba, e doutorando em Sociologia do Trabalho no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Algumas publicações do autor**

SANSON, Cesar. A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida. *Cadernos IHU Ideias – Unisinos*. São Leopoldo – RS, n. 60, 2006.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos. *Cadernos IHU Ideias – Unisinos*. São Leopoldo – RS, n. 94, 2008.

\_\_\_\_\_. A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo. *Liinc em Revista*, v. 05, 2009.